ADRIANO CAMARGO GOMES

**Técnicas processuais adequadas à tutela reparatória dos danos a direitos
individuais decorrentes de infrações à ordem econômica**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Flávio Luiz Yarshell

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

ADRIANO CAMARGO GOMES

**Técnicas processuais adequadas à tutela reparatoria dos danos a direitos
individuais decorrentes de infrações à ordem econômica**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Titular Flávio Luiz Yarshell.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo-SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Camargo Gomes, Adriano

Técnicas processuais adequadas à tutela reparatória dos danos a direitos individuais decorrentes de infrações à ordem econômica / Adriano Camargo Gomes ; orientador Flávio Luiz Yarshell -- São Paulo, 2018.

594 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Processo civil. 2. Direito concorrencial. 3. Técnicas processuais. 4. Tutela reparatória. 5. Danos causados por infrações à ordem econômica. I. Yarshell, Flávio Luiz, orient. II. Título.

Nome: CAMARGO GOMES, Adriano.

Título: Técnicas processuais adequadas à tutela reparatória dos danos a direitos individuais decorrentes de infrações à ordem econômica.

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Processual Civil.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor(a) Doutor(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Dedico esta tese à memória de Alcides A. Munhoz da Cunha. Que os limites deste trabalho não diminuam a grandeza de seus ensinamentos, de seu exemplo e de seu legado.

AGRADECIMENTOS

O nome solitário na capa desta tese esconde a contribuição significativa de muitas pessoas. Sem elas, este trabalho não existiria. Os limites deste trabalho e do seu autor, não diminuem a enorme dívida com todos aqueles que auxiliaram na sua elaboração. Não estive sozinho e, diante do apoio que recebi, tenho a convicção de que nunca estarei.

Agradeço ao Professor Flávio Luiz Yarshell, não apenas pelos ensinamentos valiosos e pela orientação atenta da tese, mas também pela confiança e, sobretudo, pela amizade construída nesses cinco anos.

Agradeço ao meu pai, Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, pelas contribuições geniais e pela decisiva ajuda no processo de redação desta tese.

Agradeço ao apoio do meu amigo-irmão, Bruno Hauer Doetzer, por ter lutado por esta tese tanto quanto eu, assumindo grande parte dos meus trabalhos no escritório (o que já seria muito), revisando atentamente o texto e debatendo todas as suas ideias.

Agradeço especialmente aos professores Eduardo Talamini e Sérgio Cruz Arenhart, que desde minha graduação na Universidade Federal do Paraná, com seus exemplos, estimularam-me ao estudo do processo civil, tendo sempre compartilhado generosamente seu conhecimento. Agradeço também aos demais professores com que tive o privilégio de ter aulas e que impactaram as ideias analisadas nesta tese: Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes, Candido Rangel Dinamarco, Fábio Tabosa Pessoa, Fábio Peixinho Corrêa, Fernando da Silva Cais, Heitor Vitor Mendonça Sica, Luiz Guilherme Marinoni, José Rogério Cruz e Tucci e José Roberto dos Santos Bedaque.

Agradeço ao meu amigo Elie Pierre Eid, pelos ricos debates sobre o processo civil e por todo o apoio desde o meu primeiro dia no Programa de Pós-Graduação.

Agradeço aos amigos e professores da Universidade de Oxford, onde as primeiras ideias desta tese foram lançadas e debatidas: Adrian Zuckerman, Andrew Higgins, Ariel Ezrachi, Demetrio Santander, Gerardo Solis, Hernán Panesso Mercado, Jack Willians, James Manwaring, Özgecan Korkmaz, Pedro Rubim Fortes, Rachel Clement e Rachel Hunter.

Agradeço aos amigos com quem tive o privilégio de discutir muitas das questões tratadas nesta tese: Mário André Cabral, Marcos Vinícius Pinto, Osny da Silva Filho e Rodrigo Ramina de Lucca. Agradeço também pelo apoio durante esse período aos amigos Aline Oliveira Dias, Ana Clara Viola Ladeira, Caroline Klamas, Daniel Colnago Rodrigues, Diego Franzoni, Gustavo Osna, Gustavo Roxo, Guilherme Recena Costa,

Heloisa Krüger, Isabella Andrade Vosgerau, Ivo de Paula Medaglia, Lia Carolina Batista Cintra, LÍlian Cintra de Melo, Luiza Madia Lourenço, Mayara Roth Isfer, Paulo Amaral, Paulo Kroeff Baggio Silva, Ricardo Dalmaso Marques e, de modo especial, à Lana Drapier Albuquerque pela correção do primeiro manuscrito do capítulo 5.

Agradeço, ademais, às contribuições do Professor Altair Pivovar, da Fernanda Sostisso Rubert e dos demais colegas da Camargo e Gomes Advogados.

Por fim, agradeço, de modo muito especial, aos membros da minha família que me acompanharam em todos os momentos desta jornada, especialmente à minha admirável mãe Lucia Helena Sandy Gomes, à Sonia Guerreiro de Oliveira, ao Roberto Pinotti, ao meu irmão Lucas Camargo Gomes, com quem discuti as ideias afeitas à sociologia e de quem recebi preciosas lições, ao Guilherme Nasser e ao Pedro Nicz, pelo harmonioso e inesquecível convívio no Ap 12, da Rua Oscar Freire 1456.

Em uma época de especialização, todos os que trabalham no campo das ciências da cultura, tendo decidido lidar com uma determinada matéria, para lançar luzes sobre um determinado conjunto de problemas, e tendo elaborado os princípios metodológicos que deseja aplicar, considerará seu trabalho como um fim em si mesmo: ele não verificará constantemente e deliberadamente se cada fato, medido em relação às ideias de valor últimas, vale a pena ser conhecido, e pode até perder a consciência de que está ancorado nessas ideias de valor. E é assim que deve ser. Mas, um dia, a coloração muda: o significado desses pontos de vista que foram adotados irreflexivamente se torna incerto e o caminho se perde no crepúsculo. A luz dos grandes problemas culturais deslocou-se para mais além. Então a ciência, também, muda o seu cenário e o seu aparelho conceitual e fita o fluxo do devir das alturas do pensamento. Ela segue a rota das estrelas que, sozinhas, podem dar sentido e direção ao seu trabalho.

(Adaptado de Weber, 2006, 2012e)

RESUMO

CAMARGO GOMES, Adriano. **Técnicas processuais adequadas à tutela reparatória dos danos a direitos individuais decorrentes de infrações à ordem econômica**. 2018. 594 p. Tese (Doutorado em Direito Processual Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Esta tese tem como objeto a análise da relação entre técnicas processuais e a tutela reparatória no âmbito do direito concorrencial. Ela tem como pressupostos a importância do *private enforcement* para uma política da concorrência equilibrada e sua insuficiência no direito brasileiro. A partir dessas premissas, a tese examina uma entre as múltiplas causas desse contexto de insuficiência: a inadequação das técnicas processuais atualmente vigentes. O objetivo deste exame é, primeiro, demonstrar os contornos dessa inadequação e, segundo, propor diretrizes e técnicas que sejam adequadas à tutela reparatória de danos causados por infrações à ordem econômica. Para tanto reconhecendo os limites das perspectivas jurídicas tradicionais (lógico-jurídica e axiológica) devido, fundamentalmente, à ausência de historicidade e ao risco de abuso de dedução, a tese propõe a adoção de uma abordagem que, partindo da obra de Max Weber, constrói uma tipologia para analisar a racionalidade do direito contemporâneo (capítulo 2). Nos capítulos 3 e 4, essa tipologia é aplicada para identificar, a partir das alterações normativas ocorridas no processo civil e no direito concorrencial, a racionalidade preponderante em cada um deles em diferentes momentos históricos. Revela-se, contemporaneamente, uma racionalidade de tipo instrumental em tensão com uma racionalidade participativa emergente. Na sequência, no capítulo 5, a tese realiza um diagnóstico das técnicas processuais aplicáveis ao *private enforcement* com a finalidade de compreender os incentivos e desincentivos criados para os prejudicados por infrações à ordem econômica. Por fim, no capítulo 6, a tese propõe diretrizes e técnicas adequadas à tutela reparatória de danos causados por violações ao direito concorrencial.

Palavras-chave: Processo Civil. Direito Concorrencial. Técnicas processuais. Tutela reparatória. Danos causados por infrações à ordem econômica. *Private enforcement*.

ABSTRACT

CAMARGO GOMES, Adriano. **Private enforcement of competition law in Brazil: the adequacy of procedural rules to compensatory damages**. 2018. 594 p. Tese (Doutorado em Direito Processual Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The purpose of this thesis is to analyse the relationship between procedural techniques and compensatory damages in competition law. On the one hand, the thesis assumes the importance of private enforcement for a balanced competition policy. On the other, the thesis acknowledges the current insufficiency of private enforcement of Brazilian competition law. The thesis examines one of the many causes of this insufficiency: the inadequacy of the procedural techniques currently in force. The purpose of this examination is, first, to outline this inadequacy and, secondly, to propose guidelines and techniques that are appropriate for compensatory damages in competition law. Recognizing the limits of traditional legal perspectives (legal-logic and axiological), the thesis proposes an approach that, starting from the work of Max Weber, constructs a typology to analyse the rationality of competition law and civil procedure using an inductive method (Chapter 2). In Chapters 3 and 4, this typology is applied to identify, from the normative changes occurred in both branches of law, the predominant rationality in each branch, at different historical moments. The thesis identifies the current tension between the predominant instrumental rationality and an emerging participatory rationality. Building on this, in Chapter 5, the thesis identifies current procedural techniques applicable to private enforcement in order to understand the incentives and disincentives created for the individuals harmed by anticompetitive infringements. Finally, in chapter 6, the thesis proposes guidelines and techniques appropriate for compensatory damages in Brazilian competition law.

Keywords: Civil Procedure. Competition Law. Procedural Techniques. Compensatory Damages. Losses caused by anticompetitive infringements.

RIASSUNTO

CAMARGO GOMES, Adriano. **Tecniche processuali adeguate per la tutela risarcitoria dei danni a causa di violazione di norme antitruste**. 2018. 594 p. Tese (Doutorado em Direito Processual Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Lo scopo di questa tesi è di analizzare il rapporto tra tecniche processuali e la tutela risarcitoria nel diritto della concorrenza. Da un lato, questa tesi assume l'importanza del *private enforcement* per una politica di concorrenza equilibrata e, dall'altro, la sua attuale insufficienza nella legge brasiliana. Da questi presupposti, la tesi esamina una delle tante cause di questa insufficienza: l'inadeguatezza delle tecniche processuali attualmente in vigore. L'obiettivo di questo esame è innanzitutto quello di dimostrare i contorni di questa inadeguatezza e, in secondo luogo, di proporre direttive e tecniche che siano adeguate per la tutela risarcitoria dei danni per violazione di norme *antitrust*. Per fare ciò, riconoscendo i limiti delle soluzioni giuridiche tradizionali (logico-giuridico e assiologica), fondamentalmente dovute all'assenza di storicità e al rischio di abuso di deduzione, la tesi propone l'adozione di un approccio che, partendo dal lavoro di Max Weber, costruisce una tipologia per analizzare la razionalità dello diritto contemporaneo usando un metodo induttivo (capitolo 2). Nei capitoli 3 e 4, questa tipologia è applicata per identificare, dai cambiamenti normativi avvenuti nel processo civile e nella legge della concorrenza, la razionalità preponderante in ciascuno di essi in diversi momenti storici. Contemporaneamente, è identificata una razionalità strumentale in tensione con una razionalità partecipativa emergente. Nel capitolo 5, la tesi fa una diagnosi delle tecniche processuali applicabili al *private enforcement* al fine di comprendere gli incentivi e i disincentivi creati per i soggetti danneggiati. Infine, nel capitolo 6, la tesi propone direttive e tecniche processuali adeguate per la tutela risarcitoria dei danni a causa di violazione di norme antitrust.

Parole Chiave: Processo civile. Diritto della concorrenza. Tecniche processuali. Tutela risarcitoria. Danni causati a causa di violazioni di norme antitrust. *Private enforcement*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACC	Acordo em Controle de Concentrações
ACCC	Autoridade Concorrencial Australiana
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADR	Alternative Dispute Resolution
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTV	Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Veículos
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APRO	Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação
CAD	Comissão de Acompanhamento das Decisões
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAT	Competition Appeal Tribunal
CC	Código Civil
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CF	Constituição Federal
CFDD	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPC	Código de Processo Civil
EU	União Europeia
FDD	Fundo de Direitos Difusos
HHI	Índice Herfindahl Hirschman
IBRAC	Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional
IRDR	Incidente de resolução de demandas repetitivas
LACP	Lei de Ação Civil Pública
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDC	Lei de Defesa da Concorrência
LOA	Lei Orçamentária Anual

LPC	Lei de Pequenas Causas
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
NCPC	Novo Código de Processo Civil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
PND	Programa Nacional de Desestatização
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SBDC	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência
SDE	Secretaria de Direito Econômico
SEAE	Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos
SG	Superintendência Geral do CADE
SNDE	Secretaria Nacional de Direito Econômico
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
TCC	Termo de Compromisso de Cessação
TCD	Termo de Compromisso de Desempenho
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TJ	Tribunal de Justiça
TRF	Tribunal Regional Federal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
2	PRESSUPOSTOS E INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS	29
2.1	TIPO IDEAL	29
2.1.1	Definição e utilidade comparativa.....	31
2.1.2	Aplicabilidade ao direito	53
2.1.2.1	Processo civil.....	54
2.1.2.2	Direito concorrencial	59
2.2	TIPOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DO DIREITO.....	64
2.2.1	Tipos ideais de direito na teoria de Weber.....	67
2.2.2	Racionalidade formal e racionalidade material.....	73
2.2.3	Da tipologia de Weber a uma tipologia contemporânea	81
2.3	LIMITES DO MÉTODO ADOTADO.....	100
3	RACIONALIDADES PREPONDERANTES NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	121
3.1	CÓDIGO BUZAID.....	123
3.2	DA LEI 7.244/1984 AO PRIMEIRO CICLO DE REFORMAS	149
3.3	DO SEGUNDO CICLO DE REFORMAS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	173
4	RACIONALIDADES PREPONDERANTES NO DIREITO CONCORRENCIAL.....	211
4.1	DO DECRETO 92.323/1986 À LEI 8.884/1994.....	217
4.2	DA RESOLUÇÃO CADE 05/1996 À LEI 12.529/2011	235
5	TÉCNICAS PROCESSUAIS E TUTELA REPARATÓRIA NO DIREITO CONCORRENCIAL	267
5.1	PREJUDICADOS E MEIOS DE REPARAÇÃO	268
5.1.1	Perfil dos prejudicados.....	269
5.1.2	Conciliação e mediação	274
5.1.3	Arbitragem	281
5.1.4	Tutela coletiva	292
5.1.5	Participação de compradores indiretos e do Cade	300
5.1.5.1	Compradores indiretos: legitimidade.....	301

5.1.5.2	Cade: atuação como terceiro.....	305
5.2	DEMANDA REPARATÓRIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO E PROCESSO PENAL.....	312
5.2.1	Demandas <i>follow-on</i> e <i>stand-alone</i>	314
5.2.2	Processo administrativo	321
5.2.3	Processo penal	329
5.3	DANOS.....	335
5.3.1	Espécies de dano	336
5.3.2	Quantificação do dano	342
5.3.3	Liquidação do dano e tutela coletiva	350
5.3.4	Execução e tutela coletiva: reparação direta e reparação fluida	361
5.4	PROVA.....	372
5.4.1	Objeto da prova	374
5.4.2	Acesso a prova	381
5.4.2.1	Publicidade como preceito geral.....	383
5.4.2.2	Sigilo como exceção	388
5.4.3	Acesso a prova e programa de leniência	397
5.4.4	Prova emprestada, exibição de documento e antecipação da prova	412
5.4.5	Prova econômica	423
5.4.6	Ônus da prova	434
5.4.7	Presunções	452
6	DIRETRIZES E TÉCNICAS PROCESSUAIS ADEQUADAS À TUTELA REPARATÓRIA	469
6.1	DESINCENTIVOS AOS PREJUDICADOS	471
6.2	SOLUÇÕES CONVENCIONAIS E METODOLOGIA PROPOSTA	485
6.3	DIRETRIZES E TÉCNICAS ADEQUADAS À REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS POR INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA	495
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	525
	REFERÊNCIAS	529

1 INTRODUÇÃO

O sistema concorrencial brasileiro se caracteriza por uma estrutura administrativa centralizada no *public enforcement*, realizado fundamentalmente pelo Cade, e por um modelo de *private enforcement* ainda incipiente e insuficiente.¹ Partindo desse diagnóstico e pressupondo os benefícios apontados pela doutrina em relação ao *private enforcement*,² esta tese analisa uma entre as múltiplas causas apontadas para esse quadro de insuficiência: as técnicas processuais aplicáveis ao direito antitruste. Procura-se demonstrar os contornos da inadequação dessas técnicas e propor diretrizes que sejam adequadas à tutela reparatória de danos causados por infrações à ordem econômica.

A inadequação das técnicas processuais existentes costuma ser enfrentada pela doutrina a partir de duas perspectivas: pela dedução de técnicas processuais específicas a partir de normas gerais do processo civil e do direito concorrencial (análise lógico-jurídica); e pela dedução dessas normas a partir de valores unilateralmente eleitos como representativos de todo o sistema processual (análise axiológica). Nenhuma dessas alternativas, porém, parece metodologicamente apropriada para os fins desta tese.

No primeiro caso, a abordagem ignora a historicidade presente nas alterações sofridas pelo direito positivo. Ademais, técnicas processuais muito específicas acabam sendo deduzidas a partir de normas excessivamente gerais, criando o risco de que as deduções feitas não sejam adequadas ao ordenamento jurídico. No segundo caso, a abordagem pressupõe um juízo moral pelo qual o valor eleito representa aquilo que o pesquisador considera desejável. Nesse sentido, por exemplo, quando se toma o acesso à justiça como um fim em si mesmo, a concepção de técnicas processuais pode desconsiderar não apenas as tendências do direito positivo, como também a conformidade lógico-jurídica ao ordenamento, o qual contempla outros valores além daquele eleito pelo pesquisador. Trata-se, pois, de uma perspectiva com elevado risco de anacronismo.

Diante das limitações dos métodos tradicionalmente utilizados, impõe-se um desafio de ordem metodológica: buscar instrumentos para identificar diretrizes e técnicas processuais que sejam compatíveis com o direito vigente (análise lógico-jurídica) e adequadas, histórica ou temporalmente, ao sentido das transformações recentemente

¹ MATION, Gisela Ferreira. As Ações Cíveis para Cessação e Reparação de Danos Causados por Condutas Anticoncorrenciais no Brasil. In: *III Prêmio Seae de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica*. Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda. p. 1-77, 2008.

² Ver DAVIS, Joshua P.; LANDE, Robert H. Defying conventional wisdom: the case for private antitrust enforcement. *University of San Francisco Law Research Paper*, nº 2013-08, p. 01-53, 2013.

implementadas no processo civil e no direito concorrencial. Evidentemente, seria reduzida a contribuição teórica que, partindo de uma adequação lógico-jurídica desprovida de considerações históricas, sugerisse técnicas incompatíveis com as tendências contemporâneas dos ramos do direito analisados. Para evitar esse risco, no capítulo 2 a tese procura construir uma abordagem metodológica que, sem prescindir da análise lógico-jurídica (perspectiva sincrônica), tenta contemplar e compreender o sentido presente nas tendências (i) do processo civil a partir do CPC/73 e (ii) do direito concorrencial a partir do Decreto 93.323/1986 (perspectiva diacrônica).

Para tanto, adotou-se como referente metodológico os estudos de Max Weber, em particular no que se refere às categorias “tipo ideal” e “racionalidade”, acompanhados das reflexões de Jürgen Habermas (exclusivamente na qualidade de leitor de Weber) e de Claus Offe. Além desses autores, teve-se como referência o que se poderia denominar, em sentido amplo, de pensadores pós-weberianos, como Fritz Ringer, Guenther Roth, Thomas Burger e Wolfgang Schluchter.

Esse instrumental foi utilizado para (i) conceber uma nova tipologia aplicável ao processo civil e ao direito da concorrência contemporâneos (capítulo 2), (ii) identificando a racionalidade preponderante nesses ramos do direito em diferentes momentos históricos (capítulos 3 e 4) para, a partir de um diagnóstico das normas vigentes em relação ao *private enforcement* (capítulo 5), propor diretrizes e técnicas relativas à tutela reparatória de danos causados por infrações à ordem econômica (capítulo 6).

A adoção de um método indutivo e não dedutivo acaba por impor ao leitor um custo pouco comum na área do direito: o de ver sendo construídas, no decorrer da tese, conclusões gerais em vez de consequências normativas específicas a partir de premissas gerais preestabelecidas. Como forma de minimizar esse custo, e considerando que a identificação de racionalidades no processo civil e no direito concorrencial são o meio para que outros objetivos da tese sejam alcançados, optou-se por apresentar no tópico 2.2.3 a tipologia que é construída ao longo dos capítulos 3 e 4.

Ressalte-se, ademais, que os capítulos 3, 4 e 5 têm um propósito eminentemente descritivo. Nos dois primeiros, isso torna necessário o enfrentamento do extenso e, certamente, cansativo exame das alterações normativas realizadas no processo civil e no direito concorrencial. No capítulo 5, por sua vez, a abordagem descritiva decorre da tentativa de realizar um diagnóstico do *private enforcement*, reclamando o exame das disposições normativas pertinentes, da doutrina e, especialmente, de julgados dos tribunais superiores. Nesses capítulos, então, não se pretende fazer crítica das normas jurídicas

existentes ou da forma como elas são aplicadas pelas decisões judiciais. O caráter descritivo desses capítulos, ademais, recomenda um grande volume de citações diretas como forma de respeitar a literalidade dos textos normativos, dos julgados e dos entendimentos doutrinários – evidentemente, tomando-se o devido cuidado de articulá-las ao longo do texto.

Em relação à terminologia, optou-se por seguir o tratamento prevalecente na doutrina. Assim, como a prática e a doutrina do direito concorrencial brasileiro recepcionaram diversos anglicismos, a tese fará uso deles em relação aos termos que, por não serem traduzidos ou por serem traduzidos de diversas formas, são melhor identificados a partir do uso do vocábulo em língua inglesa.³

Importante considerar ainda que, não obstante os ganhos decorrentes desse percurso metodológico, trata-se de um campo de análise restrito em diversos aspectos: em primeiro lugar, as técnicas são examinadas apenas em relação à tutela reparatória, não sendo consideradas – senão incidentalmente – outras formas de tutela; em segundo lugar, a tutela reparatória considerada diz respeito exclusivamente a danos individuais, excluindo, portanto, danos relacionados a direitos de titularidade coletiva ou difusa. Ademais, são considerados apenas os danos sofridos por pessoas jurídicas ou pessoas físicas na condição de agentes prejudicados pelas infrações à ordem econômica, excluindo trabalhadores, sócios, acionistas e investidores.

³ Diante disso, é oportuno esclarecer a opção pela utilização dos termos *private enforcement* e *public enforcement*. O termo *enforcement* é definido pelo Black's Law Dictionary como o ato ou processo de compelir ao cumprimento da lei, mandado, comando, decreto ou acordo. Tradução livre de: "the act or process of compelling compliance with a law, mandate, command, decree, or agreement" [ENFORCEMENT. In: GARNER, Bryan A (ed.). *Black's Law Dictionary*. St. Paul: West/Thomson Reuters, 2009, p. 608]. Esse termo é largamente utilizado no direito concorrencial e já foi incorporado ao léxico da doutrina especializada, que costuma se referir a *public enforcement* ou *enforcement* público e a *private enforcement* ou *enforcement* privado. Utilizando este último termo no âmbito do direito antitruste merecem destaque textos escritos pelos professores da USP Tércio Sampaio Ferraz Junior, Jean-Paul Veiga da Rocha e Diogo Rosenthal Coutinho [FERRAZ JR, Tercio Sampaio. Direito da concorrência e enforcement privado na legislação brasileira. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 1, n. 2, p. 11-31, nov. 2013; ROCHA, Jean-Paul Veiga da; COUTINHO, Diogo R. Para além do CADE: o enforcement privado do antitruste pelo Poder Judiciário. *Migalhas*. 28 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI249542,81042-Para+alem+do+CADE+o+enforcement+privado+do+antitruste+ pelo+Poder>]. A tese, porém, prefere o termo *private enforcement* (e seu par *public enforcement*) como forma de evitar que, a partir da definição de *enforcement* e de sua qualificação como privado, crie-se a falsa impressão de que, neste caso, as diversas atividades relacionadas ao processo pelo qual se compele ao cumprimento do direito concorrencial são realizadas de forma privada. Prefere-se, por isso, adotar a expressão completa *private enforcement*, tal como feito por Miguel Sousa Ferro em relação ao direito português [SOUSA FERRO, Miguel. *Jurisprudência de 'Private Enforcement' (Private Enforcement Case-Law)*. Jurisprudência Portuguesa de Direito da Concorrência. 2016. Mimeo. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3077488>]. *Private enforcement*, então, tal como utilizado nesta tese, refere-se aos comportamentos, considerados em conjunto, realizados por agentes privados ou públicos em prol da promoção da tutela civil dirigida à infração à ordem econômica ou ao dano por ela causado. Ele se contrapõe à tutela administrativa e penal das normas de direito da concorrência promovidas pelo Cade e pelo Ministério Público (*public enforcement*).

Além desses limites, é preciso também reconhecer outro: a ausência de uma abordagem propriamente sociológica que permita uma análise da implicação das normas do direito concorrencial e do processo civil na realidade empírica. Apesar de sua inegável importância em relação ao *private enforcement*, esse tipo de análise não será realizado em função das limitações deste trabalho e do seu autor.

Deve-se considerar, por fim, que a opção metodológica adotada implica uma determinada perspectiva do objeto e que os resultados alcançados possuem limites decorrentes dessa própria perspectiva. A esse respeito, é bastante oportuna a menção ao conto do elefante e dos três homens cegos feita por J. W. Allison ao utilizar um referencial metodológico weberiano:

A história do elefante e dos três homens cegos ilustra a relevância de múltiplos pontos de vista. Um homem tocou a tromba; um, as orelhas; e, um, a cauda. Eles estavam surpresos quando compararam suas anotações. [...] Cada uma das suas unilaterais e experimentais descrições é comparável com as características acentuadas em um modelo. Mesmo que um modelo estivesse descrevendo um todo orgânico e funcional, ele não poderia fazê-lo de modo plenamente abrangente.⁴

⁴ ALLISON, J. W. F. *A continental distinction in the Common Law: a historical and comparative perspective on English Public Law*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 41. Tradução livre de: “The story of the elephant and the three blind men illustrates the relevance of multiple viewpoints. One man touched the trunk; one, the ears; and, one, the tail. They were surprised when they compared notes. [...] Each of their one-sided and tentative descriptions is comparable to the features accentuated in a model. Even if a model were describing an organic or functioning whole, it could not do so comprehensively”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta tese, ao considerar as técnicas processuais existentes como uma das causas da insuficiência do *private enforcement*, deparou-se com um desafio de ordem metodológica: as soluções convencionais utilizadas pela dogmática jurídica não seriam suficientes diante do problema a ser enfrentado. Em particular, ao examinar a adequação de técnicas processuais à tutela reparatória de infrações à ordem econômica, uma análise exclusivamente lógico-jurídica traria consigo duas dificuldades: a ausência de historicidade da abordagem frente a ramos do direito que contemporaneamente sofrem profundas alterações, e o risco de que, dada a generalidade das normas existentes, a dedução de técnicas processuais específicas fosse abusiva.

Diante disso, a tese foi estruturada a partir de reflexões metodológicas fundadas nos estudos de Max Weber (capítulo 2). Essas reflexões pretenderam estabelecer pressupostos e adotar instrumentais para que a investigação realizada atendesse ao objetivo da tese de analisar a adequação de novas técnicas processuais à tutela reparatória de danos causados por infrações à ordem econômica. Entre os instrumentais adotados, destaca-se, primeiramente, o tipo ideal. Essa categoria, que tem como pressuposto as dificuldades enfrentadas pelo pesquisador ao conhecer seu objeto – nas palavras de Weber, a finitude da mente humana diante da infinidade do real¹ –, foi utilizada como forma de permitir que se tentasse identificar a racionalidade preponderante do processo civil e do direito concorrencial, prescindindo de conhecê-los em sua totalidade (o que, se fosse possível, certamente não seria compatível com os limites de uma tese doutoral).

Em segundo lugar, merece destaque a categoria “racionalidade”, nos limites que possui sua noção no âmbito da tipologia weberiana do direito. As diferentes racionalidades identificadas em relação ao processo civil e ao direito concorrencial serviram para compreender o sentido presente nas alterações normativas ocorridas nesses ramos do direito em determinados momentos históricos, permitindo revelar suas tendências.

Assim, no capítulo 3, utilizando o método indutivo, foram examinadas as principais alterações normativas ocorridas no âmbito do processo civil a partir da edição do CPC/73. Nesse percurso, foi possível reconhecer a preponderância: (i) até meados da década de 1980, de uma racionalidade de tipo formal, caracterizada pela busca da coerência interna do direito (e do processo) como fim em si mesmo; (ii) a partir da edição

¹ WEBER, Max. The “objectivity” of knowledge. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 100-138.

da LPC (Lei 7.244/1984), passando pela promulgação da CF/88 e chegando até o que se denominou, neste trabalho, de primeiro ciclo de reformas do CPC, de uma racionalidade de tipo material, caracterizada pela busca da igualdade fática e, no caso do processo, pela ampliação do acesso à justiça como fim em si mesmo; e (iii) a partir do segundo ciclo de reformas do CPC até o momento presente, de uma racionalidade de tipo instrumental, caracterizada pela utilização de um critério de eficiência, por meio do qual as consequências das soluções propostas no âmbito do processo são analisadas quanto aos seus benefícios e custos para a operatividade do sistema processual. Em todos esses períodos, porém, identifica-se a existência de outras racionalidades que se colocam em tensão com a racionalidade preponderante. No terceiro período mencionado, a tensão se dá entre a racionalidade instrumental preponderante e uma racionalidade participativa emergente, caracterizada pela possibilidade de recepção, pelo direito positivo, de valores extrajurídicos que, diferentemente do que ocorre com a racionalidade denominada material, não são tomados como fins em si mesmos.

No capítulo 4, por sua vez, seguiu-se percurso semelhante ao do capítulo anterior, para examinar as principais alterações normativas ocorridas no direito concorrencial a partir do Decreto 92.323/1986 – primeira norma jurídica representativa no âmbito do direito antitruste desde a edição da Lei 4.137/1962. Nesse percurso foi possível identificar a preponderância: (i) até a edição da Lei 8.884/1994, de uma racionalidade material, caracterizada pela atenção a valores extrajurídicos, particularmente associados à igualdade fática e à justiça distributiva; e (ii) a partir da Resolução Cade 05/1996 até o presente, passando pela promulgação da Lei 12.529/2011, de uma racionalidade instrumental, caracterizada pela “economicização” e “eficientização” do direito concorrencial, implicando a modificação de critérios de análise e alterações na estrutura administrativa, com vistas à redução dos seus custos. Também nesse caso, detectou-se a presença de uma racionalidade participativa emergente, identificada com a criação de instrumentos de controle democrático, transparência e participação no âmbito do Cade.

Diferentemente dos capítulos anteriores, o capítulo 5 adotou uma abordagem de cunho lógico-jurídico para analisar as normas jurídicas processuais aplicáveis ao *private enforcement* do direito concorrencial. Como critério de seleção das normas analisadas, utilizou-se a sua particularidade em relação ao regime processual geral: examinaram-se aquelas que, por causa das peculiaridades do direito concorrencial e da pretensão reparatória nesse âmbito, seguem um regime especial ou produzem resultados distintos dos usuais em outras esferas. Nessa análise, de cunho essencialmente descritivo, procedeu-se

uma extensa revisão e sistematização da legislação e da jurisprudência pertinente ao *private enforcement*, considerando, ao longo da exposição, os incentivos e desincentivos criados aos prejudicados por infrações à ordem econômica para buscarem a reparação dos danos sofridos.

Finalmente, o capítulo 6, partindo da sistematização desses incentivos e desincentivos decorrentes das técnicas processuais vigentes, bem como dos limites das soluções convencionais para enfrentá-los, apresentou diretrizes e técnicas logicamente adequadas aos pressupostos estabelecidos. Com isso, sem pretensão de definitividade ou exaustividade, pretendeu-se elaborar um “guia” para a concepção de novas técnicas, apontando-se alguns exemplos considerados adequados às diretrizes propostas.

Apesar da extensão desse percurso e do esforço empregado em sua construção, é preciso reconhecer que o resultado da tese é marcado pelos limites de seu objeto e do método adotado, tal como oportunamente identificado no capítulo 2.3 e, de forma incidental, ao longo dos demais tópicos.

De todo modo, não obstante esses limites, a pesquisa realizada, confirmando as hipóteses inicialmente delineadas, oferece as seguintes contribuições: (i) a indicação dos limites das análises lógico-jurídica e axiológica; (ii) a demonstração da importância de uma perspectiva histórica ou temporal nas análises que tenham como objeto transformações nos campos do direito concorrencial e do processo civil; (iii) a constatação da conveniência da adoção de uma metodologia que opere com tipos ideais, desprovida da pretensão de esgotar a complexidade presente na realidade, para a compreensão do objeto de estudo; (iv) a indicação da plausibilidade e utilidade da pesquisa sobre as racionalidades preponderantes nos ramos do direito analisados; (v) a compreensão de uma historicidade marcada pelo reconhecimento de distintas racionalidades em diferentes momentos históricos; (vi) a demonstração da possibilidade de adotar, para fins de análises de adequação, uma tipologia ideal aplicável à contemporaneidade, indo além da tipologia weberiana cujo campo histórico não ultrapassava o início do século XX; (vii) a identificação, extraída da análise das atuais transformações havidas no direito concorrencial e no processo civil, de uma racionalidade preponderante atualmente vigente, de tipo instrumental, tendo como sentido o critério da eficiência; (viii) a identificação de uma racionalidade emergente, fundada no processamento, interno ao direito, de tensões entre valores extrajurídicos conflitantes, denominada neste trabalho de racionalidade participativa; (ix) a demonstração de uma tensão entre ambas as racionalidades; e (x) a constatação da presença de uma afinidade eletiva entre os dois ramos do direito analisados,

a partir da eliminação de contradições e do reforço mútuo de suas racionalidades no período histórico mais recente.

A partir dessas contribuições tornou-se possível o exame mais qualificado da adequação de técnicas processuais aplicáveis ao *private enforcement*, não apenas por agregar a perspectiva histórica em uma análise lógico-jurídica, mas por sustentar uma conformidade ao sentido das atuais transformações do processo civil e do direito concorrencial. Disso resulta a possibilidade – academicamente ousada, ainda que teórica e logicamente sustentada – de apresentar algumas diretrizes e técnicas não apenas consentâneas à estrutura do direito vigente, mas também às tendências identificadas a partir de sua racionalidade preponderante.

Espera-se que esse esforço constitua um estímulo para legisladores, pesquisadores e operadores do direito aprimorarem e fortalecerem o *private enforcement* do direito concorrencial no Brasil, colocando-o em desejável equilíbrio com relação ao *public enforcement*. Apenas assim, acredita-se, será possível que os problemas aqui enfrentados sejam substituídos por outros e que, desse modo, a ciência possa se preparar, como dizia Weber, para “[...] mudar o seu cenário e o seu aparelho conceitual, e fitar o fluxo do devir das alturas do pensamento”.²

² WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 106.

REFERÊNCIAS¹

ABA SECTION OF ANTITRUST LAW. *Indirect purchaser litigation handbook*. Chicago: ABA Publishing, 2007.

AGUILLAR, Fernando Herren; COUTINHO, Diogo Rosenthal. A evolução da legislação antitruste no Brasil. *Revista Concorrência & Regulação*, Coimbra, v.7-8, p. 139-159, 2012.

ALBINO DE SOUZA, Washington Peluso. Achegas à Lei n. 8884/94. In: ROCHA, João Carlos de Carvalho et al. *Lei Antitruste: 10 anos de combate ao abuso de poder econômico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 265-278.

ALBROW, Martin. The application of the weberian concept of Rationalization to Contemporary conditions. In: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (Eds.). *Max Weber, Rationality and Modernity*. 2 ed. Oxfordshire: Routledge, 2006, p. 164-182.

ALEXY, Robert. On the structure of Legal Principles. *Ratio Juris*, Oxford, v.13, n.3, p. 294-304, set. 2000.

ALEXY, Robert. *Teoría de los Derechos Fundamentales*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

ALLEN, Ronald J. Burdens of proof. *Law, Probability and Risk*, Oxford, v.13, p. 195-219, 2014. Disponível em: lpr.oxfordjournals.org/content/13/3-4/195.full.pdf+html. Acesso em: 04 abr. 2017.

ALLISON, J. W. F. *A continental distinction in the Common Law: a historical and comparative perspective on English Public Law*. New York: Oxford University Press, 1996.

ALMEIDA, José Gabriel Assis de. A arbitragem e o Direito da Concorrência. In: FERRAZ, Rafaella; MUNIZ, Joaquim de Paiva (Coord.) *Arbitragem Doméstica e Internacional: estudos em homenagem ao Prof. Teóphilo de Azeredo Santos*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

AMANN, Edmund; BAER, Werner. Neoliberalismo e concentração de mercado no Brasil: a emergência de uma contradição? *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 269-289, dez. 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v8n2/baer.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

AMARAL, Paulo Osternack. Provas: atipicidade, liberdade e instrumentalidade. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; TALAMINI, Eduardo (coords.). *Coleção Liebman*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ANDRADE, Luís Antônio de. Balanço da aplicação do Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.73, n.259, p. 23-28, jul. a set. 1977.

¹ De acordo com UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT)/Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Vânia Martins de Oliveira Funaro (Coord.). 3. ed. ver., ampl. e mod. São Paulo: SIBiUSP, 2016. 100 p.

ANDRADE, Luís Antônio de. Inovações do Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.246, n.850-852, p. 289-306, abr. a jun. 1974.

ANDRADE, Luis Tomás Alves de. Third-party funding in international arbitration and the allocation of costs. *Revista de Arbitragem e Mediação*, v.47, p. 215-232, out. a dez. 2015.

ANDRADE, Maria Cecília; ARANTES, Álvaro Brito. Private enforcement of competition law in Brazil. *Global Competition Litigation Review*, v.5, n.1, p. 20-27, 2012.

ANDRESKI, Stanislav. *Max Weber's insight and errors*. New York: Routledge, 1984.

ANDRIGHI, Fátima Nancy. Recursos repetitivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v.35, n.185, p. 265-281, jul. 2010.

ANSBERRY, Dorothy. et al. Umbrella Effect: Damages Claimed by Customers of Non-cartelist Competitors. *Journal of European Competition Law & Practice*, v.5, n.4, p. 196-205, 2014.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. Algumas notas críticas sobre o princípio da presunção de veracidade dos atos administrativos. *RDA-Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v.259, p. 73-87, jan. a abr. 2012.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Processo de execução. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.246, n.850-852, p. 51-62, abr. a jun. 1974.

ARAGÃO, Egas Dirceu Moniz de. Reforma Processual: 10 anos. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.362, n.362, p.15-23, jul. a ago. 2002.

ARAUJO JR. José Tavares de. Prefácio. In: MATTOS, César (Org.). *A revolução do antitruste no Brasil: a teoria econômica aplicada a casos concretos*. São Paulo: Editora Singular, 2003, p. 5-7.

AREEDA, Philip; TURNER, Donald F. Predatory Pricing and Related Practices Under Section 2 of the Sherman Act. *Harvard Law Review*, Cambridge, v.88, n.4, p. 697 – 733, fev. 1975. Disponível em: <http://www.contrib.andrew.cmu.edu/~kryukov/Predation/areeda75.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

ARENHART, Sérgio Cruz; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; OSNA, Gustavo. Cumprimento de sentenças coletivas: da pulverização à molecularização. *Revista de Processo*, São Paulo, v.38, n.222, p. 41-64, ago. 2013.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. Os “acordos processuais” no novo CPC – Aproximações preliminares. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, Curitiba, v.4, n.39, p. 103-117, abr. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/12943882/Os_Acordos_Processuais_no_Novo_CPC_-_Aproxima%C3%A7%C3%B5es_Preliminares. Acesso em: 16 nov. 2017.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

ARENHART, Sérgio Cruz. *O ônus da prova e sua modificação no direito processual civil brasileiro*. [S.l.:S.n.]. Disponível em: https://www.academia.edu/305697/O_Onus_da_Prova_e_sua_Modificacao_no_Direito_Processual_Civil_Brasileiro. Acesso em: 29 out. 2016.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, Editora da Universidade de Brasília, 1987.

ARON, Raymond. *Main currents in sociological thought*. Translated by Richard Howard and Helen Weaver. London: Penguin Books, 1967, v. 2.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de Arruda Alvim Netto. Dogmática Jurídica e o novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.71, n.252, p. 39-67, out. a dez. 1975.

ARRUDA ALVIM, José Manoel de Arruda Alvim Netto. O “julgamento conforme o estado do processo” e o “procedimento sumaríssimo”. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 231-242, abr. a jun. 1974.

ASSOCIAÇÃO DOS HOSPITAIS DE MINAS GERAIS. Relação de Filiados em julho de 2016. Disponível em: <http://www.centraldoshospitais.com.br/relacao-de-filiados/>. Acesso em: 06 dez. 2017.

AUGENBLICK, Ned; NICHOLSON, Scott. Choice Fatigue: *The Effect of Making Previous Choices on Decision Making*. p. 01-29. April 2009. Mimeo. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.175.2560&rep=rep1&type=pdf>.

AZEVEDO, Luiz Carlos; TUCCI, José Rogério Cruz e. *Lições de história do processo civil lusitano*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Análise econômica da defesa da concorrência. In: TIMM, Luciano Benetti (Org.). *Direito e Economia no Brasil*. São Paulo: Editora Atlas, 2011, p. 266-295.

BAGENSTOS, Samuel R. Social change litigation as just another political tool. In: BARNES, Jeb; BURKE, Thomas. *How policy shapes politics: rights, courts litigation, and the struggle over injury compensation*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BAGNOLI, Vicente; BASTOS, Alexandre Augusto Reis; NAVAS, Amanda Renata Enéas. *Cláusula de Exclusividade: análise concorrencial a partir do caso dos créditos consignados*. São Paulo: Almedina, 2014.

BAKER, Jonathan B.; BRESNAHAN, Timothy F. Economic evidence in antitrust: defining markets and measuring market power. *Stanford Law and Economics Olin Working Paper*, Stanford, n.328, p. 1-42, set. 2006. Disponível em: https://web.stanford.edu/~tbres/research/buccirossi_01_ch01_001-042.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

BAPTISTA, Luiz Olavo; NAKAGAWA, Adriano; TORTORELLA, Eduardo. Brazil. In: FRIEL, Steven; BARNES, Jonathan (Coords.). *Litigation Funding 2017*. Londres: Getting The Deal Through, 2016.

BAQUERO, Ingrid Ortiz. El Arbitraje Como Vía de Aplicación Privada de las Normas de Libre Competencia en el Sistema Europeo. *Revista La Propiedad Inmaterial*, Colombia, n.14, p. 3-48, set. 2010.

BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, v. I*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A estrutura do novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 34-42, abr. a jun. 1974.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. As presunções e a prova. In: _____. *Temas de Direito Processual*: Primeira série. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Do procedimento ordinário no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 20-61, abr. a jun. 1974.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O Neoprivatismo no Processo Civil. *Revista de Processo*, Belo Horizonte, v.30, n.122, p. 09-21, abr. a jun. 2005.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Temas de direito processual*: quinta série. São Paulo: Saraiva, 1994.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Tendências contemporâneas do direito processual civil. *Revista de processo*, Belo Horizonte, v.8, n.31, p. 199-209, jul. a set. 1983.

BARROS, Humberto Gomes de. Carta de alforria – Lei nº 11.672/08 vai resgatar o STJ da inviabilidade. *Revista Consultor Jurídico*, São Paulo, 16 mai. 2008. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-mai-16/lei_1167208_resgatar_stj_inviabilidade. Acesso em: 04 dez. 2017.

BASSO, Leonardo J.; ROSS, Thomas W. Measuring the true harm from price-fixing to both direct and indirect purchasers. *The Journal of Industrial Economics*, v.58, n.4, p. 895-927, dez. 2010.

BECKER, Alfredo Augusto. *Carnaval tributário*. 2. ed. São Paulo: Lejus, 2004.

BECKER, Bruno Bastos. Concorrência e arbitragem no direito brasileiro. Hipóteses de incidência de questões concorrenciais em arbitragens. *Revista Jurídica Luso Brasileira*, Lisboa, v.1, n.2, p. 239-270, fev. a mai. 2015.

BECKER, Gary S. Crime and Punishment: an Economic Approach. *University of Chicago and National Bureau of Economic Research*, Chicago, p. 1-54, 1974. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c3625>. Acesso em: 07 abr. 2017.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. São Paulo: Malheiros, 1995.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes instrutórios do Juiz*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Poderes instrutórios do juiz*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

BELLO, Carlos Alberto. *Autonomia frustrada: o Cade e o poder econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENJAMIN, Antonio Hermann V.; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 6 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

BERMAN, Harold J. Some False Premises of Max Weber's Sociology of Law. *Washington University Law Review*, Washington, v.65, n.4, jan. 1967.

BLAIR, Roger D.; DURRANCE, Christine Piette; WANG, Wenche. The Kone Decision: Economic Logic and Damage Estimation. *The Antitrust Bulletin: the Journal of American and Foreign Antitrust and Trade Regulation*, Wexford, v.61, n.3, p. 393-410, jul. 2016. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0003603X16657222?journalCode=abxa>. Acesso em: 24 dez. 2017.

BLAIR, Roger D.; PAGE, William H. The role of economics in defining antitrust injury and standing. In: MCCHESENEY, Fred S. (Coord.). *Economic inputs, legal outputs: the role of economists in modern antitrust*. Gainesville: University of Florida - Levin College of Law, 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1414449>. Acesso em: 24 dez. 2017.

BLANKE, Gordon. EU Competition Arbitration. p. 1075-1113. In: BLANCO, Luis Ortiz. *EU Competition Procedure*. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOLÍVIA. Tribunal Constitucional de Bolívia. Sentencia Constitucional Plurinacional 1422/2012, da Sala Tercera do Tribunal Constitucional de Bolívia, Sucre, Bolívia, 24 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacional/Destaques/anexo/Resolucion_1422_2012__Tribunal_Constitucional_de_Bolivia.pdf. Acesso em: 16 nov. 2017.

BOLOTOVA, Yuliya. Cartel overcharges: an empirical analysis. *Journal of Economic Behavior & Organization*, Amsterdam, v.70, n.1, p. 321-241, mai. 2009.

BOSHOF, Willem H. *Antitrust market definition: rationale, challenges and opportunities in South African competition policy*. [S.l.:S.n.], 2014. Disponível em: <http://www.compcom.co.za/wp-content/uploads/2014/09/Boshoff-Market-Definition.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignácio. *Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil: jurisdição constitucional das liberdades e garantias constitucionais do processo, execução das decisões do CADE, outros estudos*. v.3. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

BOURJADE, Sylvain; REY, Patrick; BRIGHT, Paul S. Private Antitrust Enforcement in the Presence of Pre-Trial Bargaining. *The Journal of Industrial Economics*, v.57, n.3, p. 374-375, set. 2009.

BRANCA, Silvia. *The Private Enforcement of Competition Law: developments and persisting problems*. 2015. 248 p. Tese (Doutorado). Università Degli Studi del Molise, Campobasso, 2015.

BRANDEIS, Louis D. Chapter V: What Publicity Can Do. In: _____. *Other People's Money And How The Bankers Use It*. Louisville: Louis D. Brandeis School Of Law Library, 1914. Disponível em: <http://louisville.edu/law/library/special-collections/the-louis-d.-brandeis-collection/other-peoples-money-chapter-v>. Acesso em: 02 de mar. 2016.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 06, de 16 de março de 1979. Introduz alterações no Código de Processo Civil, no que se refere a arrematação de bens penhorados. Autor: Jorge Arbage. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 11 set. 1985. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=170005>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.032, de 30 de maio de 1983. Altera a redação do artigo 132 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). Autor: Nilson Gibson. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 31 mar. 1993. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=186249>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.282, de 18 de junho de 2003. Altera o disposto nos arts. 1.050 e 1.053 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. Autor: Inaldo Leitão. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do PL nº 1.283. Autor: Ney Lopes. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 23 mar. 2004. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=205165&filename=Tra mitacao-PL+1282/2003](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=205165&filename=Tra%20mitacao-PL+1282/2003). Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.293, de 30 de outubro de 1995. Determina seja dada maior publicidade aos editais, avisos, anúncios e quadro geral de credores na falência, na concordata e na insolvência civil. Autor: Lauro Campos. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 20 jun. 1997. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190225>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.422, de 29 de junho de 1979. Dá nova redação ao artigo 280 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973). Autor: Freitas Nobre. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 19 set. 1984. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=191934>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.950, de 25 de agosto de 1983. Dispõe sobre a criação e o funcionamento do juizado especial de pequenas causas. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 07 out. 1984. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=198038>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.384, de 15 de julho de 2015. Disciplina o juízo prévio de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial; altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil e dá outras providências. Autor: Carlos Manato. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 15 jul. 2015. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1402334&filenome=PPP+1+CCJC+%3D%3E+PL+2384/2015. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.462, de 29 de maio de 1989. Altera a redação do parágrafo segundo do artigo 184 e acrescenta parágrafo único ao artigo 240 do Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Autor: Sigmaringa Seixas. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 set. 1990. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=203714>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.778, de 04 de agosto de 2008. Transforma o agravo de instrumento, interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário ou especial, em agravo nos próprios autos. Autor: Paes Landim. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do PL nº 3.778. Autor: Regis de Oliveira. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 nov. 2008. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=614020&filenome=Tramitacao-PL+3778/2008. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.778, de 04 de agosto de 2008. Transforma o agravo de instrumento, interposto contra decisão que não admite recurso extraordinário ou especial, em agravo nos próprios autos. Autor: Paes Landim. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 04 ago. 2008. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405593>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.497, de 19 de novembro de 2004. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos ao processo de execução e a outros assuntos. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 07 dez. 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=270517>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.728, de 24 de dezembro de 2004. Acresce o artigo 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 08 fev. 2006. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=274442>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.416, de 14 de dezembro de 2005. Altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, admitindo a realização de inventário e partilha extrajudiciais. Autor: César Borges. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do PL nº 6.416. Autor: Maurício Rands. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 06 abr. 2006. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=386354&filena me=Tramitacao-PL+6416/2005. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.648, de 21 de fevereiro de 2006. Acrescenta à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, dispositivos que regulamentam o art. 102, §3.o, da Constituição Federal. Autor: Senado Federal – Comissão Mista Especial de Reforma do Judiciário. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do PL nº 6.648. Autor: Odair Cunha. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 30 mai. 2006. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=399380&filena me=Tramitacao-PL+6648/2006. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 716, de 29 de junho de 1995. Da nova redação ao inciso III do artigo 82, da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. Autor: Domingos Dutra. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 10 ago. 1995. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=181322>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. 28ª Vara Cível de Belo Horizonte. Ação Civil Coletiva nº 7099345-90.2009.8.13.0024 – MG. Autor: Associação dos Hospitais de Minas Gerais; Réu: White Martins Gases Industriais LTDA. e outros. Belo Horizonte, MG, 25 de setembro de 2009.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. Atas de comissões. Brasília, DF, 1987. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/sistema.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de desenvolvimento econômico, indústria e comércio. Projeto de Lei nº 3.937, de 2004. Autor: Carlos Eduardo Cadoca. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 15 dez. 2004. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=259004&filena me=PRL+1+CDEICS+%3D%3E+PL+3937/2004. Acesso em: 09 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Defesa da Concorrência. Projeto de Lei nº 3.937, de 2004. Autor: Carlos Eduardo Cadoca. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 28 mai. 2008. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=569964&filena me=PRL+2+PL393704+%3D%3E+PL+3937/2004. Acesso em: 06 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial de Defesa da Concorrência. Projeto de Lei nº 3.937, de 2004. Autor: Carlos Eduardo Cadoca. *Câmara dos Deputados*, Brasília,

DF, 06 nov. 2007. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=520669&filename=VTS+1+PL393704+%3D%3E+PL+3937/2004. Acesso em: 04 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3937, de 2004. Voto em separado (dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Luiz Carlos Hauly). *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 20 nov. 2007. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=525827&filename=VTS+2+PL393704+%3D%3E+PL+3937/2004. Acesso em: 07 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3937, de 2004. Voto em separado do deputado Paes Landim. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 28 mai. 2008. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=560900&filename=VTS+3+PL393704+%3D%3E+PL+3937/2004. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.213, de 30 de maio de 2007. Acresce o artigo 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Autor: Poder Executivo. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) do PL nº 1.213. Autor: Maurício Rands. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 09 out. 2007. Disponível em:
<http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/integras/512215.htm>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.213, de 30 de maio de 2007. Acresce o artigo 543-C à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Autor: Tarso Genro. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 05 abr. 2007. Disponível em:
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F41A01896B8850B937F69A33C17AAABD.node1?codteor=465291&filename=PL+1213/2007. Acesso em: 27 mai. 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.522, de 04 de dezembro de 1979. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). Autor: Paulo Brossard. *Senado Federal*, Brasília, DF, 17 nov. 1980. Disponível em
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=204270>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.591, de 28 de junho de 1976. Nova ementa: modifica o artigo 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, acrescentando dispositivo que torna impenhorável o imóvel rural até um módulo. Autor: Raul Bernardo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 09 jul. 1986. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=204902>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.595, de 10 de novembro de 1983. Acrescenta parágrafo ao artigo 232 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de

Processo Civil). Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 10 out. 1985. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=204943>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.654, de 08 de abril de 1992. Dá nova redação aos dispositivos que menciona do Código de Processo Civil. Autor: Divaldo Suruagy. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 29 set. 1993. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=205498>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.689, de 07 de maio de 1992. Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos à liquidação de sentença. Autor: Nelson Jobim. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 29 jun. 1994. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=205833>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.172, de 23 de junho de 1980. Altera a redação do parágrafo segundo do artigo 416 do Código de Processo Civil. Autor: Luiz Viana. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), p. 7.071. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 11 ago. 1980. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05AGO1981.pdf#page=13>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.253, de 29 de abril de 2004. Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para estabelecer a fase de cumprimento das sentenças no processo de conhecimento e revogar dispositivos relativos à execução fundada em título judicial, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=158523>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.314, de 15 de dezembro de 1992. Acrescenta um § 2º ao artigo 1.031 do Código de Processo Civil, transformando o atual parágrafo único em § 1º. Autor: Mauricio Correa. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 31 mai. 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=211600>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.355, de 06 de agosto de 1980. Altera o artigo 982 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com a redação dada pela Lei nº 5.925, de primeiro de outubro de 1973, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 31 ago. 1982. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=211968>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.474, de 21 de agosto de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), referentes a recursos e reexame necessário. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 27 dez. 2001. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19720>.
Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.475, de 21 de agosto de 2000. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos ao processo de conhecimento. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 28 dez. 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19722>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.712, de 23 de abril de 1993. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 23 abr. 1993. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13MAI1993.pdf#page=7>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.801, de 11 de junho de 1993. Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos aos recursos. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 dez. 1994. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216067>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.802, de 11 de junho de 1993. Altera os dispositivos do Código de Processo Civil sobre as ações de consignação em pagamento e de usucapião. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 dez. 1994. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216077>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.803, de 11 de junho de 1993. Altera os dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de conhecimento e o processo cautelar. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 dez. 1994. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216085>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.805, de 11 de junho de 1993. Altera dispositivos do Código de Processo Civil, com a adoção da ação monitória. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 14 jul. 1995. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216102>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.810, de 11 de junho de 1993. Altera os dispositivos do Código de Processo Civil sobre o processo de execução. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 13 dez. 1994. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216147>. Acesso em: 06 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.811, de 11 de junho de 1993. Altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumário. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 26 dez. 1995. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=216157>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.935, de 10 de agosto de 1977. Dá nova redação ao artigo 923 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973). Autor: Erasmo Martins Pedro. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 16 set. 1980. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=217281>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3937, de 7 de julho de 2004. Autor: Carlos Eduardo Cadoca. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 07 de jul. 2004. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=233311&filenome=PL+3937/2004. Acesso em: 02 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.018, de 17 de setembro de 1993. Dispõe sobre a arbitragem. Autor: Marco Maciel. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 24 set. 1996. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=218042>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.070, de 14 de janeiro de 1998. Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito dos tribunais. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 18 dez. 1998. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=218511>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.293, de 13 de dezembro de 1993. Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil, que tratam do agravo de instrumento. Autor: Marcio Lacerda. *Senado Federal*, Brasília, DF, 01 dez. 1995. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=220356>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.724, de 27 de dezembro de 2004. Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 08 fev. 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=274427>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.726, de 27 de dezembro de 2004. Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia,

carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o artigo 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 17 fev. 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=274431>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.727, de 27 de dezembro de 2004. Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para conferir nova disciplina ao cabimento dos agravos retido e de instrumento, e dá outras providências. Autor: Poder Executivo. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 19 out. 2005. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=274440>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 4.728, de 19 de novembro de 2004. Acresce o artigo 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), relativo à racionalização do julgamento de processos repetitivos. Autor: Marcio Thomaz Bastos. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 09 nov. 2004. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=260588&filena me=PL+4728/2004. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.828, de 04 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências. Autor: Comissão de Legislação Participativa. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 29 dez. 2001. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29DEZ2001.pdf#page=21>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.828, de 04 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências. Autor: Comissão de Legislação Participativa. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 19 dez. 2006. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=41619>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.025, de 06 de outubro de 2005. Altera o artigo 666 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para dispor acerca da penhora sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas. Autor: César Borges. Relatório da Comissão especial destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº 6.025, de 2005, ao projeto de Lei nº 8.046, de 2010, ambos do Senado Federal, e outros, que tratam do Código de Processo Civil. Relator: Paulo Teixeira. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 25 mar. 2014. Disponível em: http://www.migalhas.com.br/arquivo_artigo/art20130509-07.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6.127, de 17 de dezembro de 1990. Altera o artigo 294 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). Autor: Francisco Rollemberg. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 14 out. 1993. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=25728>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 902, de 21 de maio de 1991. Modifica disposições do Código de Processo Civil, alusivas à prova pericial. Autor: Nelson Jobim. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 24 ago. 1992. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=184224>. Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Sugestão nº 01, de 05 de setembro de 2001. Dispõe sobre a informatização do processo judicial e dá outras providências. Autor: Associação dos Juizes Federais do Brasil. *Câmara dos Deputados*, Brasília, DF, 04 dez. 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=32873&ord=1>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006. Mensagem nº 146, de 2006. *Congresso Nacional*, Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=452897&filena me=PPP+1+MPV34006+%3D%3E+MPV+340/2006. Acesso em: 22 set. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Diário do Congresso Nacional: Seção I. Exposição de motivos nº184, de 24 de abril de 1993, do Senhor Ministro de Estado da Justiça. *Congresso Nacional*, Brasília, DF, mai. 1993. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD13MAI1993.pdf#page=7>. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Emenda Substitutiva nº 7 ao Projeto de Lei 3.712/1993. Autor: Vladimir Palmeira. *Congresso Nacional*. Brasília, DF, 6 mai. 1993. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD07MAI1993.pdf#page=156>. Acesso em: 20 out. 2017, p. 9163-9172.

BRASIL, Congresso Nacional. Relatório nº 01/89 da Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a elaborar o Projeto do CDC. *Congresso Nacional*, Brasília, DF, 04 dez. 1989.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Consulta Pública nº 05/2016. Disciplina os procedimentos previstos nos arts. 47, 49, 85 e 86 da Lei nº 12.529, de 2011. Exposição de motivos. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Consulta Pública nº 05/2016. Disciplina os procedimentos previstos nos arts. 47, 49, 85 e 86 da Lei nº 12.529, de 2011. Minuta de Projeto de Lei. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Defesa da concorrência no Brasil: 50 anos*. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2013.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Guia: Programa de Leniência Antitruste do Cade*. Versão preliminar [sl:sn]. Disponível em:

http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/guias_do_Cade/guia-programa-de-leniencia-antitruste-do-cade-versao-preliminar-1.pdf. Acesso em: 1º abr. 2017.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). *Nota técnica nº 24/2016/CHEFIA GAB-SG/SG/CADE*. Articulação entre as perseguições pública e privada a condutas competitivas: estudo da experiência internacional e brasileira e propostas regulamentares, legislativas e de advocacy a respeito das ações de reparação por danos concorrenciais (ARDC) e do acesso a documentos de acordos de leniência e de termos de compromisso de cessação (TCC) no Brasil. 2016. Disponível em: http://sei.cade.gov.br/sei/institucional/pesquisa/documento_consulta_externa.php?7kPOxkDr7Hdy3nk8N7KWlj4Aaib6rj2o5ZKJrkFLovgm9l4TV4zQUY7a3MW4omo9BwdVCnAIQZcpqBftsU_mXg. Acesso em: 02 mai. 2017.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Processo Administrativo nº 08012.005669/2002-31*. Representante: Ministério Público Federal – RS. Representadas: Associação Nacional das Empresas Transportadoras de Veículos – ANTV; Sindicato Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Veículos e Pequenas e Micro Empresas de Transporte Rodoviário de Veículos – SINDICAM. Relator: Luis Fernando Schuartz. Brasília, DF, 21 nov. 2007.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Processo Administrativo nº 08012.001003/2000-41*. Representante: Promotoria de Justiça de Londrina (PR). Representados: Ariovaldo Ferraz de Arruda e outros. Relatora: Conselheira Ana Frazão. Brasília, DF].

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Relatório anual 1996*. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, fev. 1997. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias-1/auditorias-anexos/antes_2003/rel_1996.pdf. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Relatório anual 1997*. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, mar. 1998. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias-1/auditorias-anexos/antes_2003/relfim97.pdf. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Relatório anual 1998/99*. Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica, mai. 1999. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias-1/auditorias-anexos/antes_2003/relatorio-anual-98-99-10-05-99.pdf. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Relatório de gestão do exercício de 2013. Brasília, mar. 2014. Disponível em: http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias-1/auditorias-anexos/2013/relatorio_de_gestao_de_2013_cade_v1.pdf/view. Acesso em: 15 abr. 2017, p. 110.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. AZEVEDO, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*. 6. ed. Brasília, 2016. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1355. Promulgação do Acordo sobre Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Brasília, 30 dez. 1994.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil (1939). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 out. 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1608-18-setembro-1939-411638-exposicaodemotivos-pe.doc>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.666, de 22 De junho De 1945. Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica. *Consolidação de Leis Brasileiras*, Rio de Janeiro, RJ, 22 jun. 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7666.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.167, de 9 de novembro de 1945. Revoga o Decreto-lei n.º 7.666, de 22 de junho de 1945. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 nov. 1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del8167.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000. Altera e acrescenta dispositivos à Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE em autarquia, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10149.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei no 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 nov. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4132.htm. Acesso em: 08 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.002, de 14 de março de 1990. Dispõe sobre a repressão de infrações atentatórias contra os direitos do consumidor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 mar. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8002impressao.htm. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.158, de 8 de janeiro de 1991. Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 09 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8158.htm. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jun. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8884.htm. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995. Dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 mar. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9021.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Medida provisória nº 204, de 2 de agosto de 1990. Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 ago. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/204.htm. Acesso em: 09 out. 2017.

BRASIL. Medida provisória nº 276, de 5 de dezembro de 1990. Institui normas para a defesa da concorrência e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 06 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/1990-1995/276.htm. Acesso em: 10 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Informações Classificadas. Disponível em: <http://www.cade.gov.br/acesso-a-informacao/informacoes-classificadas>. Acesso em: 13 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundo de Direitos Difusos (FDD). Arrecadação do FDD até novembro de 2017. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/anexos/recfdd2017-novembro.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundo de Direitos Difusos (FDD). Seleção de Projetos 2017/2018. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/consumidor/direitos-difusos/anexos/selecao-de-projetos-2017-2018>. Acesso em: 23 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 204*, de 2 de Agosto de 1990. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1990/medidaprovisoria-204-2-agosto-1990-371107-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Mensagem nº 536, de 30 de novembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º dez. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/msg/vep-536.htm. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Secretaria de Direito Econômico (SDE). Consulta Pública nº 17/2011. Altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994. Minuta de Projeto de Lei. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Senado Federal. *Anteprojeto do novo Código de Processo Civil*. Brasília: Senado Federal, Presidência, 2010.

BRASIL. Senado Federal. Assembleia Nacional Constituinte. Brasília, DF, 1987. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/constituente/sistema.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Senado Federal. *Código de Processo Civil*: histórico da Lei nº 5.869, v. I, tomo I. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1974.

BRASIL. Senado Federal. Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2016. Relator: Senador Antonio Anastasia Senado Federal, Brasília, DF, 21 de setembro de 2017.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 283/2016. Altera a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica Autor: Aécio Neves. *Senado Federal*, Brasília, DF, 06 de julho de 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126392>.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 6/2009 do Senado e 3937/2004 da Câmara dos Deputados, de 05 de outubro de 2011. Autor: Carlos Eduardo Cadoca. *Senado Federal*, Brasília, DF, 05 out. 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=928019&filena me=PSS+1+PL393704+%3D%3E+PL+3937/2004. Acesso em: 03 out. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 491270 PR 2014/0063366-0. Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. Brasília, 21 out. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 1.010.223 – SP (2016/0289234-0). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Brasília, DF, 28 de junho de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 603.860 – SP (2014/0260410-2). Relator: Ministro Marco Buzzi, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Recurso Especial nº 1.287.225 - SC (2011/0250130-2). Relator: Ministro Marco Buzzi, Brasília, DF, 22 de março de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 800.847 – MG. Relatora Ministra Rosa Weber. Brasília, 20 de outubro de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 1.406.633 – RS. Relator Ministro Luís Felipe Salomão. Brasília, 11 fev. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 1.278.643 – ES (2011/0219311-9). Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Brasília, DF, 29 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 654.728 – DF (2015/0013828-3). Relatora: Ministra Maria Isabel Gallotti, Brasília, DF, 21 de outubro de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 496.307 – RS (2014/0072547-6). Relator: Ministro Sidnei Beneti, Brasília, DF, 16 de junho de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 1.359.190 - RJ (2012/0077720-7). Relator: Ministro Moura Ribeiro, Brasília, DF, 21 de junho de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 24.940 - RJ (2011/0161161-5). Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Brasília, DF, 24 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 4.364 – SP (1990/05788-4). Relator: Ministro Ilmar Galvão, Brasília, DF, 10 de outubro de 1990.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 340.965 - SP (2013/0144785-0). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 28 de agosto de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 300.089 - SP (2013/0044261-4). Relator: Ministro Marcos Buzzi, Brasília, DF, 09 de novembro de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 283.558 - MS (2013/0008223-8). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 22 de maio de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Embargo de Declaração no Recurso Especial nº 1.521.359 - AM (2015/0059071-9). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Brasília, DF, 03 de novembro de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.519.722 – PE (2015/0055388-8). Relator: Ministro Humberto Martins, Brasília, DF, 25 de agosto de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.212.834 – PR (2010/0176506-0). Relator: Ministro Humberto Martins, Brasília, DF, 13 de abril de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.125.981 – RS (2009/0041096-7). Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Brasília, DF, 05 de março de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 774.033 - RS (2005/0135578-3). Relator: Ministro Felix Fischer, Brasília, DF, 20 de março de 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.524.765 – PE (2013/0333086-1). Relator: Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Brasília, DF, 07 de outubro de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Conflito de Competência nº 113.523 - RJ (2010/0143074-1). Relator: Ministro Castro Meira, Brasília, DF, 04 de março de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de divergência em agravo nº 1.178.380 – RS. Relator Ministro Ari Pargendler. Brasília, 22 de maio de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1.409.256 – PR (2014/0253909-4). Relator: Ministro Geraldo Og Fernandes, Brasília, DF, 28 de maio de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Mandado de Segurança nº 22.157 – DF. Relator: Ministro Herman Benjamin, Brasília, DF, 25 de abril de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso em *Habeas Corpus* nº 57.488 – RS (2015/0047164-0). Relator: Ministro Ribeiro Dantas, Brasília, DF, 17 de junho de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.110.417 – MA (2008/0273075-4). Relatora: Ministra Maria Isabel Gallotti, Brasília, DF, 28 de abril de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº 1.110.549 - RS. Relator Ministro Sidnei Beneti. Brasília, 28 de outubro de 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.135.988 – SP (2009/0073474-8). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 17 de outubro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.153.354 - AL (2009/0142035-2). Relator: Ministro Ari Pargendler, Brasília, DF, 02 de junho de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.171.680 – PB (2009/0238330-0). Relator: Ministro Benedito Gonçalves, Brasília, DF, 23 de novembro de 2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.181.643 – RS (2010/00289274). Relator: Ministro Herman Benjamin, Brasília, DF, 20 de maio de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.187.632 - DF (2010/0060269-1). Relator: Ministro João Otávio de Noronha, Brasília, DF, 06 de junho de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.198.068 - MS (2010/0110329-0). Relator: Ministro Marco Buzzi, Brasília, DF, 20 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.243.887 - PR (2011/0053415-5). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 12 de dezembro de 2011.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.280.825 - RJ (2011/0190397-7). Relator: Ministra Maria Isabel Gallotti, Brasília, DF, 29 de agosto de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.287.225 - SC (2011/0250130-2). Relator Ministro Marco Buzzi, Brasília, DF, 28 de novembro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.296.281 - RS. Relator Ministro Herman Benjamin. Brasília, 15 mai. 2013, p. 7.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.307.439 - SP (2012/0017981-2). Relator: Ministra Nancy Andrichi, Brasília, DF, 04 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.309.015 - SP (2012/0025083-4). Relator: Ministra Nancy Andrichi, Brasília, DF, 04 de fevereiro de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.335.624 - RJ (2012/0049591-4). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Brasília, DF, 26 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº 1.353.801 - RS. Relator Ministro Mauro Campbell Marques. Brasília, 14 de agosto de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.354.348 - RS (2011/0310660-6). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 16 de setembro de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.361.800 - SP (2013/0011719-4). Relator: Ministro Raul Araújo, Brasília, DF, 14 de outubro de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.371.444 - PE (2013/0057803-0). Relator: Ministro Humberto Martins, Brasília, DF, 16 de maio de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.381.603 - MS (2013/0057876-1). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 11 de novembro de 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.407.907 – SC. Relator Ministro Marco Buzzi. Brasília, 02 jun. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso especial nº 1.457.199 - RS. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Brasília, 12 de novembro de 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.538.904 - SP (2015/0145724-7). Relator: Ministro Olindo Menezes, Brasília, DF.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.554.986 – SP. Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze. Brasília, 08 mar. 2016.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.566.168 – RJ. Relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Brasília, 27 de abril de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.610.932 - RJ (2011/0306435-3). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Brasília, DF, 22 de junho de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.631.870 – SE (2016/0025292-4). Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Brasília, DF, 24 de outubro de 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 32.575 - SP (1993/5217-9). Relator: Ministro Ari Pargendler, Brasília, DF, 22 de setembro de 1997.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 343.917 – MA. Relator: Ministro Castro Filho, Brasília, DF, 03 de novembro de 2003.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 437.638 – RS. Relator: Ministro Barros Monteiro, Brasília, DF, 28 de outubro de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 647.184 – DF (2004/0035782-0). Relator: Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Brasília, DF, 12 de junho de 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 673.380 - RS (2004/0116353-7). Relatora: Ministra Laurita Vaz, Brasília, DF, 20 de junho de 2005.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 678.143 - MG (2004/0087312-8). Relator: Ministro Raul Araújo, Brasília, DF, 30 de abril de 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 691.987 - RS (2004/0141439-7). Relator: Ministro Arnaldo Esteves Lima, Brasília, DF, 28 de maio de 2007.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 737.073 - RS (2005/0049471-2). Relator: Ministro Luiz Fux, Brasília, DF, 13 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 766.134 - DF (2005/0114056-7). Relator: Ministro Francisco Falcão, Brasília, DF, 27 de agosto de 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 845.339 - TO (2006/0093791-0). Relator: Ministro Luiz Fux, Brasília, DF, 03 de março de 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 869.583 - DF (2006/0093884-3). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 05 de setembro de 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 880.385 - SP (2006/0124980-2). Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Brasília, DF, 16 de setembro de 2008.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 978.200 - PR (2007/0200996-1). Relatora: Ministra Nancy Andrighi, Brasília, DF, 02 de dezembro de 2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 996.771 - RN (2007/0239360-3). Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Brasília, DF, 23 de abril de 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Agravo em Recurso Especial nº 477.387 - DF (2014/0034437-6) Relator: Ministro Raul Araújo, Brasília, DF, 13 de novembro de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Agravo Interno no Recurso em Mandado de Segurança nº 31.106 - SP (2009/0239946-9) Relator: Ministro Og Fernandes, Brasília, DF, 23 de novembro de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. Recurso em Mandado de Segurança nº 30.812 - SP (2009/0213446-1) Relatora: Ministra Eliana Calmon, Brasília, DF, 18 de março de 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 4/DF, Redator do Acórdão Min. Celso de Mello, Plenário, STF, Brasília, DF, 01 de outubro de 2008. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630103>. Acesso em: 16 nov. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 32.806 - Distrito Federal. Relator: Ministro Luiz Fux, Brasília, DF, 02 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 856.853 - RJ. Relator: Ministro Luiz Fux, Brasília, 21 de agosto de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 793.667 - RJ. Relator: Ministro Edson Fachin, Brasília, 07 de março de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 953.923 - DF. Relator: Ministro Celso de Mello, Brasília, DF, 30 de junho de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 961.699 MA. Relator: Ministro Teori Zavascki, Brasília, DF, 02 de dezembro de 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 803.593 - RJ. Relator: Ministro Dias Toffoli, Brasília, DF, 25 de agosto de 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 210.029-3 - RS. Relator: Ministro Carlos Veloso, Brasília, DF, 12 de junho de 2006.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 550.769-QO – RJ. Relator: Ministro. Joaquim Barbosa, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 612.043 - PR. Relator: Ministro Marco Aurélio, Brasília, DF, 10 de maio de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 631.111 – GO. Relator: Ministro Teori Zavascki, Brasília, 07 de agosto de 2014.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral em Recurso Extraordinário nº 573.232-1 - SC. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski, Brasília, DF, 15 de maio de 2008.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Repercussão Geral No Recurso Extraordinário Com Agravo nº 901.963 - SC. Relator: Ministro Teori Zavascki, Brasília, DF, 10 de setembro de 2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento nº 2128530-03.2014.8.26.0000. Relator: Vianna Cotrim, São Paulo, DF, 26 de novembro de 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação Cível nº 0123788-48.2007.8.26.0053 – SP (053.07.123788-3). Relator: Luciana Bresciani, São Paulo, SP, 18 de dezembro de 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0149141-75.2009.8.26.0100 – SP (0149141-75.2009.8.26.0100). Relator: Milton Paulo de Carvalho Filho, São Paulo, SP, 31 de outubro de 2012.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mandado de Segurança nº 2048656-61.2017.8.26.0000 – SP (2048656-61.2017.8.26.0000). Relator: Maria Laura Tavares, São Paulo, SP, 02 de outubro de 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Mandado de Segurança nº 2127110-55.2017.8.26.0000 – SP (2127110-55.2017.8.26.0000). Relator: Luiz Fernando Nishi, São Paulo, SP, 23 de outubro de 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Agravo de Instrumento nº 0011888.61.2016.8.08.0048 – ES (201600756338). Relator: Samuel Brasil Junior, Vitória, ES, 11 de abril de 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apelação nº 0181208-84.2015.8.19.0001. Relator: Desembargador Horacio dos Santos Ribeiro Neto, Rio de Janeiro, RJ, 27 de julho de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Apelação nº 0007786-90.2011.4.01.3801 - MG. Relator: Juiz Federal Ubirajara Teixeira, Juiz de Fora, MG, 07 de dezembro de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Agravo de Instrumento nº 0006767-37.2015.4.02.0000 (2015.00.00.006767-8). Relator: Desembargador Federal José Antonio Neiva, Rio de Janeiro, RJ, 02 de dezembro de 2015.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Apelação Cível nº 0118369-90.2014.4.02.5101 - RJ. Relator: José Eduardo Nobre Matta, Rio de Janeiro, RJ, 12 de junho de 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Apelação Cível nº 2012.51.01.009207-9 - RJ. Relator: Desembargador Federal Aluisio Mendes, Rio de Janeiro, 19 de março de 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Apelação Cível nº 2001.51.01.0104620 - RJ. Relator: Desembargador Federal Sergio Schwaitzer, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Apelação Cível nº 56.053 – SP (2001.03.99.056053-5). Relator: Desembargador Federal Mairan Maia, São Paulo, 27 de novembro de 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Agravo de instrumento nº 2004040-10.063.670 - RS. Relator: Desembargador Federal Edgard Lippmann, Rio Grande do Sul, RS, 12 de agosto de 2004.

BREALEY, Mark; GREEN, Nicholas. *Brick Court Chambers: Competition Litigation UK Practice and Procedure*. Reino Unido: Oxford University Press, 2010.

BROKELMANN, Helmut. La responsabilidad civil por infracción de las normas de defensa de la competencia. In: FONT I RIBAS, Antoni; GÓMEZ TRINIDAD, Silvia (coords.). *Competencia y acciones de indemnización: actas del Congreso Internacional sobre daños derivados de ilícitos concurrenciales*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

BROZOLO, Luca G. Radicati Di. Arbitragem e direito da concorrência. *Revista de Arbitragem e Mediação*, v.27, p. 162-194, out. a dez. 2010.

BRUBAKER, Rogers. *The limits of rationality: an essay on the social and moral thought of Max Weber*. London: Routledge, 1991.

BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). Introduction. In: _____. *Max Weber: collected methodological writings*. New York: Routledge, 2012, p. xi-xxviii.

BRUUN, Hans Henrik. *Science, Values and Politics in Max Weber's methodology*. Hampshire: Ashgate, 2007.

BUCAN, Nina. *The Enforcement of EU Competition Rules by Civil Law*. Nijmegen: Wolf Legal Publishers, 2016.

BUČAN, Nina. The enforcement of EU Competition Rules by Civil Law. *Radboud Universiteit Nijmegen*, Netherlands, p. 1-373, dez. 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2066/121821>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro*: um terceiro enigmático. 2. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2008.

BUEREN, Eckart; SMUDA, Florian. A primer on damages of cartel suppliers: Determinants, standing US vs. EU and econometric estimation. *ZEW Discussion Paper*, n.13, p. 1-28, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10419/88947>. Acesso em: 23 dez. 2017.

BURGER, Thomas. *Max Weber's theory of conceptual formation*: history, laws and ideal types. North Carolina: Duke University Press, 1976.

BURINI, Bruno Corrêa. *Processo administrativo de apuração de conduta anticoncorrencial*: perspectiva instrumentalista. 2010. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-15032013-084457/pt-br.php>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BURROWS, Andrew. *Remedies for torts and breach of contract*. 3 ed. Oxford: Oxford Press, 2004.

BUZAID, Alfredo. *Anteprojeto de Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

BUZAID, Alfredo. *Estudos e pareceres de direito processual civil*: notas de Ada Pellegrini Grinover e Flávio Luiz Yarshell. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BUZAID, Alfredo. Exposição de motivos do projeto do código de processo civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.246, n.850-852, p. 07-19, abr. a jun. 1974.

CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento-modelo (Musterverfahren) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*. v. 32, n. 147, p. 123-146, mai 2007.

CABRAL, Mario André Machado. *Estado, concorrência e economia*: convergência entre antitruste e pensamento econômico no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CABRAL, Patrícia Semensato. Remédios em atos de concentração: uma análise da prática do Cade. *IX Prêmio SEAE*, Brasília, 2014. Disponível em: <http://seae.fazenda.gov.br/premio-seae/edicoes-anteriores/edicao-2014/ix-premio-seae-2014/tema1-1lugar-patricia.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

CAIXETA, Deborah Batista. Novas diretrizes da política antitruste brasileira- o consumidor e a atuação do Ministério Público na defesa de seus interesses. *Revista de Defesa da Concorrência*, nº1, p. 71-104, maio 2013.

CALMON DE PASSOS, Jose Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil: (Lei nº 5.869, de janeiro de 1973)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, v.3, 1998.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CALMON, Petronio. *Fundamentos da Mediação e da Conciliação*. 2. ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

CÂMARA, Alexandre Freitas. A inversão do ônus da prova em favor do consumidor. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v.5, n.18, 2002. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista18/revista18_88.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017.

CAMARGO E GOMES, Manoel Eduardo Alves. Administrative Law. In: DEFFENTI, Fabiano; BARRAL, Welber (eds.). *Introduction to Brazilian Law*. Second edition. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2017, p. 33-50.

CAMARGO E GOMES, Manoel Eduardo Alves. *O regime jurídico das ouvidorias públicas brasileiras: causalidade de sentido e adequação estruturo-funcional*. 2000. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

CAMARGO GOMES, Adriano; GARIBALDI, Fernanda. The relationship between public and private enforcement: access to evidence, burden of proof and legal presumptions. In: IBRAC. *Brazilian Antitrust Law (Law N.º 12,529/11): 5 years*. São Paulo, IBRAC, 2017, p. 285- 296. No prelo.

CAMARGO GOMES, Adriano; YARSHELL, Flávio Luiz. Processo judicial eletrônico e acesso à justiça. In: COELHO, Marcus V. F.; ALLEMAND, Luiz C. *Processo judicial eletrônico*. Brasília: OAB, Conselho Federal, Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação, 2014. p. 279-295.

CAMARGO GOMES, Adriano. A crise do processo e o julgamento de Recursos especiais repetitivos. In: BEDAQUE, José Roberto dos S.; CINTRA, Lia Carolina B.; EID, Elie Pierre (Org.). *Garantismo Processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, p. 323-360.

CAMARGO GOMES, Adriano. Condutas anticompetitivas: a necessária adequação entre tutela reparatória e técnica processual. *Revista do IBRAC – direito da concorrência, consumo e comércio internacional*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, ano 19, n. 21, p. 15-36, jan. a jul. 2012.

CAMARGO GOMES, Adriano. O novo Código de Processo Civil e o Direito Intertemporal em matéria probatória. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PESSOA, Fabio Guidi

Tabosa (coords.). *Direito Intertemporal. Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. Salvador: Editora JusPodivm, 2016, v. 7, p. 21-48.

CAMARGO GOMES, Adriano. Public compensation in Brazilian competition law: a mechanism to enhance the effectiveness of enforcement. In: *Ideias em competição: 5 anos do prêmio IBRAC-TIM*. São Paulo: Singular, 2015, p. 479-498.

CAMARGO, Rodrigo Cavalcanti de. Acordos em controle de concentrações e o instituto da arbitragem. *Revista do CADE*, Brasília, v.3, n.2, p. 28-45, nov. 2015.

CAMPILONGO, Celso. Democracia e legitimidade: representação política e paradigma dogmático. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n.86, p. 29-40, abr. a jun. 1985.

CANENBLEY, Cornelis; STEINVORTH, Till. Effective Enforcement of Competition Law: Is There a Solution to the Conflict Between Leniency Programmes and Private Damages Actions?. *Journal of European Competition Law & Practice*, Oxford, v.2, n.4, p.315-326, 2011. Disponível em: <https://academic.oup.com/jeclap/article-abstract/2/4/315/1845920/Effective-Enforcement-of-Competition-Law-Is-There?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 12 nov. 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Tradução: Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 2002.

CARMONA, Carlos Alberto. *Comentário à Lei de Arbitragem*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARPENA, Heloisa. *O consumidor no direito da concorrência*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

CARPES, Artur Thompsen. A prova do nexo de causalidade na responsabilidade civil. In: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (coords.). *O novo Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CARTELS WORKING GROUP. Interaction of public and private enforcement in cartel cases. In: ICN Annual Conference, Moscou, mai. 2007. Disponível em: www.internationalcompetitionnetwork.org/uploads/library/doc349.pdf. Acesso em: 23 dez. 2017.

CASADO FILHO, Napoleão. *Arbitragem Comercial Internacional e Acesso à Justiça: o novo paradigma do Third Party Funding*, 2014. 218 p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASCAES, Waldemiro. A conciliação e o novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 286-290, abr. a jun. 1974.

CASELTA, Daniel Costa. Responsabilidade civil por danos decorrentes da prática de cartel. São Paulo: Editora Singular, 2016.

CASTRO FILHO, José Olympio de. Processo Civil e Reorganização Judiciária. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.73, n.259, p. 29-37, jul. a set. 1977.

CATALAN, Marcos. *A morte da culpa na responsabilidade contratual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CATÓN, Pablo González de Zárate. Disclosure of leniency materials: a bridge between Public and Private Enforcement of Antitrust Law. *European Legal Studies*, Brugge, n.8, p. 1-23, dez. 2013. Disponível em: <https://www.coleurope.eu/research-paper/disclosure-leniency-materials-bridge-between-public-and-private-enforcement-antitrust>. Acesso em: 29 jul. 2016.

CAUFFMAN, Caroline. The interaction of leniency programmes and actions for damages. *The Competition Law Review*, London, v.7, n.2, p. 181-220, jul. 2011. Disponível em: <http://new.clasf.org/CompLRev/Issues/Vol7Issue2Art1Cauffman.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. O cerco ao capitalismo selvagem. *Revista de Direito Econômico*, Brasília, n.1, jan. 1986.

CAVALCANTI, Rodrigo de Camargo. Acordos em controle de concentrações e o instituto da arbitragem. *Revista de Defesa da Concorrência CADE*, v.3, n.2, p. 28-45, nov. 2015.

CENGIZ, Firat. Passing-On Defense and Indirect Purchaser Standing in Actions for Damages against the Violations of Competition Law: what can the EC learn from the US? *Centre for Competition Policy and School of Law*, University of East Anglia, Norwich, Working Paper 07-21, p. 1-42, nov. 2007.

CHAUDHRY, Faisal. The promise and paradox of Max Weber's legal sociology: the categories of legal thought as types of meaningful action and the persistence of the problem of judicial legislation. *Southern California Interdisciplinary Law Journal*, v.20, p. 249-287, 2011.

CHIOVENDA, Giuseppe. *La riforma del procedimento civile*. Roma: Tipografia Gianandrea, 1911.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios de Derecho Procesal Civil*: tomo II. Tradução de José Casais y Santaló. Madrid: Editora Reus, 1925.

CINTRA, Antonio Carlos de A. et al. *Teoria Geral do Processo*. 28. ed.. São Paulo: Malheiros, 2012.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*. 28 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012, p. 388.

CIPRIANI, Franco. Il processo civile tra vecchie ideologie e nuovi slogan. *Rivista di diritto processuale*, Padova, n.2, p. 455, 2003.

COLLINS, Paul M. The Consistency of Judicial Choice. *The Journal of Politics*, v.70, n.3, p. 861–873, 2008.

COLLINS, Paul. *Friends of the Supreme Court: Interest Groups and Judicial Decision Making*. New York: Oxford University Press, 2008.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Annex to the Green Paper: damages actions for breach of the EC antitrust rules*. SEC (2005) 1732. Bruxelas, 2005, p. 25, par. 79.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Best practices for the submission of economic evidence and data collection in cases concerning the application of articles 101 and 102 tfeu and in merger cases. Disponível em: http://ec.europa.eu/competition/consultations/2010_best_practices/best_practice_submission.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017, p. 3.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Commision Staff Working Paper: accompanying the White Paper on damages actions for breach of the EC antitrust rules*. SEC (2008) 404. Bruxelas, 2008.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Directive 2014/104/EU*. Official Journal of the European Union, L349/1, 26 nov. 2014. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv:OJ.L_.2014.349.01.0001.01.ENG&toc=OJ:L:2014:349:TOC. Acesso em: 12 mai. 2016.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Green Paper: Damages actions for breach of the EC antitrust rules*. COM (2005) 672, Bruxelas, 2005.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. *Livro branco sobre acções de indemnização por incumprimento das regras comunitárias no domínio antitrust*. Disponível em: http://ec.europa.eu/comm/competition/antitrust/actionsdamages/files_white_paper/citizen_pt.pdf. Acesso em: 06 out. 2016, p. 1.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Instrução CVM 444/2006. Dispõe sobre o funcionamento de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de dezembro de 2006.

COMISSÃO EUROPEIA. Direção-Geral da Concorrência. *Livro Verde: Ações de indenização devido à violação das regras comunitárias no domínio antitrust*. Bruxelas, 19 dez. 2005. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52005DC0672&from=EN>. Acesso em: 05 dez. 2017.

COMPETITION & MARKETS AUTHORITY (CMA). *Guidance on the approval of voluntary redress schemes for infringements of competition law*. Londres: The National Archives Kew, 2015.

CONNOR, John M. Cartels & antitrust portrayed: private international cartels from 1990 to 2008. *The American Antitrust Institute Working Paper*, Washington, n.9, jan. 2009.

CONNOR, John M.; BOLOTOVA, Yuliya. Cartel overcharges: survey and meta-analysis. *International Journal of Industrial Organization*, West Lafayette, v.24, n.6, p. 1109-1137, nov. 2006.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. Processos Julgados em 2017. Disponível em: <https://cadenumeros.cade.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Painel%2FCADE%20em%20N%C3%BAmeros.qvw&host=QVS%40srv004q6774&anonymous=true>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CORDOVIL, Leonor et al. *Nova lei de defesa da concorrência comentada*: Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

CORTE EUROPEIA DE JUSTIÇA. Case T-88/09. Idromacchine and others v Comissão. Fourth Chamber. 08 de novembro de 2011).

COSTA, Guilherme Recena. *Partes e terceiros na arbitragem*. 2015. 269 p. Tese (doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COUTU, Michel. Max Weber et les rationalités du droit. Paris et Québec: L.G.D.J et les Presses de l'Université Laval, 1995.

CRANE, Daniel A. Private enforcement against international cartels in Latin America: a U.S Perspective. *Cardozo Legal Studies Research Paper*, New York, n.231, p. 1-39, abr. 2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1120069>. Acesso em: 16 fev. 2017.

CRANE, Daniel A. *The institutional structure of antitrust enforcement*. Oxford: Oxford Press, 2011, p. 181.

CRESCI SOBRINHO, Elício de. Função ético-social do processo civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.267, n.913-915, p. 357-362, jul. a set. 1979.

CRISTOFARO, Pedro Paulo S.; NEY, Rafael de Moura R. Possibilidade de Aplicação das Normas do direito Antitruste pelo Juízo Arbitral. In: ALMEIDA, Ricardo Ramalho. *Arbitragem Interna e Internacional: Questões de Doutrina e da Prática*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. Disponível em: <http://www.loboeibeas.com.br/archives/1936>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CUNHA, Alcides Alberto Munhoz da. Evolução das Ações Coletivas no Brasil. *Revista de Processo*, São Paulo, n.77, p. 225-235, jan. a mar. 1995.

DA SILVA, Virgílio Afonso. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Editora Malheiros, 2009, p. 46.

DAGGETT, R. S.; FREEDMAN, D. *Econometrics and the law: a case study in the proof of antitrust damages*. Technical Report, n.23, p. 1-64, abr. 1984. Disponível em:

<http://xtf.lib.berkeley.edu/reports/SDTRWebData/accessPages/23.html>. Acesso em: 23 dez. 2017.

DAM, Kenneth W. Class Actions: Efficiency, Compensation, Deterrence, and Conflict of Interest. *The Journal of Legal Studies*, v.4, n.1, p. 47-73, 1975.

DAMASKA, Mirjan R. *The faces of justice and state authority: a comparative approach to the legal process*. 7 ed. London: Yale University Press, 1991.

DAVIS, Joshua P. *Litigation, Settlement and the Public Interest: Fluid Recovery and Cy Près Relief*. In: Symposium Report, University of San Francisco, São Francisco, mar. 2011.

DAVIS, Joshua P.; LANDE, Robert H. Defying conventional wisdom: the case for private antitrust enforcement. *University of San Francisco Law Research Paper*, nº 2013-08, p. 01-53, 2013.

DAVIS, Peter J.; GARCÉS, Eliana. *Quantitative techniques for competition and antitrust analysis*. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

DE SANTIS, Angelo Danilo. Tecniche di tutela collettiva e selezione degli interessi. In: *DALFINO, Domenico. Scritti dedicati a Maurizio Converso*. Roma: Ter-Press, 2016, p. 229-238.

DECKER, Christopher. *Economics and the enforcement of European Competition Law*. Oxford: CSLS, 2009.

DEFLEM, Mathieu. *Sociology of Law: visions of a scholarly tradition*. New York: Cambridge University Press, 2008.

DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. Primeiras impressões sobre a participação do amicus curiae segundo o projeto do novo Código de Processo Civil (art. 322). *Revista de Processo*, São Paulo, v.36, n.194, p. 307-315, abr. 2011.

DEPARTMENT FOR BUSINESS INNOVATION & SKILLS. *Private actions in competition law: a consultation on options for reform*. Londres: BIS, 2012.

DEPARTMENT OF JUSTICE. *Corporate Leniency Policy*. Disponível em: <https://www.justice.gov/atr/corporate-leniency-policy>. Acesso em: 07 dez. 2017.

DESTEFENNI, Marcos. *Congruência e Flexibilidade na Tutela Coletiva*. 2008. 441 p. Tese para obtenção do título de doutor (Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063327.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

DEVLIN, Alan; JACOBS, Michael. Antitrust divergence and the limits of economics. *Northwestern University Law Review*, Illinois, v.104, n.1, p. 253-292, 2010. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1429541>. Acesso em: 04 out. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de Direito Processual: processo coletivo*. 8. ed. ver. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, v.4, 2013.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. *Curso de Direito Processual: processo coletivo*. 8. ed. ver. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, v.4, 2013.

DIDIER JR., Fredie. A intervenção judicial do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (art. 89 da Lei Federal n. 8.884/1994) e da Comissão de Valores Mobiliários (art. 31 da Lei Federal n. 6.385/1976). *Revista de Processo*, São Paulo, n.115, p. 151-163, 2003.

DIDIER JR., Fredie. Revisão do conceito de interesse jurídico que autoriza a assistência simples: intervenção para colaborar com a criação de precedente judicial. Análise de recente decisão do STF. *Revista de Processo*, São Paulo, n.158, p. 279-281, abr. 2008.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; DE OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedentes*. 12 ed. Salvador: Juspodivm, V.2, 2017.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 13. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma do Código de Processo Civil*. 3. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1996.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno – Tomo I*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. São Paulo: Editora Malheiros, 2001, v. 1.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009, v. 3.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Nasce um novo processo civil. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). *Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 01-17.

DROBAK, John N.; NORTH, Douglass C. Understanding Judicial Decision-Making: The Importance of Constraints on Non-Rational Deliberations, *Washington University Journal of Law & Policy*, v.26, n.1, p. 131-156, 2008.

EDWARDS, Corwin D. Conglomerate bigness as a source of power. In: UNIVERSITIES – NATIONAL BUREAU. *Concentration and price policy*. Massachusetts: Princeton University Press, 1955, p. 331-359. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c0967.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017.

EGER, Thomas; WEISE, Peter. Some Limits to the Private Enforcement of Antitrust Law: A Grumbler's View on Harm and Damages in Hardcore Price Cartel Cases. *Global Competition Litigation Review*, n.4, p. 151-159, 2010.

ELHAUGE, EINER. Disgorgement as an antitrust remedy. *Antitrust Law Journal*, v.76, n.1, p. 79-96, 2009. Disponível em: <https://home.heinonline.org/titles/Law-Journal-Library/Antitrust-Law-Journal/?letter=A>. Acesso em: 24 dez. 2017.

ENFORCEMENT. In: GARNER, Bryan A. (ed.). *Black's Law Dictionary*. St. Paul: West/Thomson Reuters, 2009.

EPPLER, Martin J.; MENGIS, Jeanne. The concept of information overload: a review of literature from organization science, accounting, marketing, MIS, and related disciplines, *The Information Society*, v.20, n.5, p. 325-344, 2004.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. Hanover Shoe, Inc. v. United Shoe Machinery Corp., 392 U. S. 481. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/392/481/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. Illinois Brick Co. v. Illinois. United States Supreme Court. 431 U.S. 720 (1977). Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/431/720/>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Suprema Corte dos Estados Unidos. Mitsubishi Motors Corp. e Soler Chrysler-Plymouth, Inc, 463 U.S. 614. Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/473/614/case.html>. Acesso em: 22 dez. 2017.

ESTEVEZ, Luiz Alberto. Regulação e segurança na atividade de prática no Brasil: uma análise econômica. *Revista de Defesa da Concorrência*, Brasília, v.4, n.1, p. 5-20, mai. 2016.

EZRACHI, Ariel; IOANNIDOU, Maria. Access to Justice in European Competition Law: Public Enforcement as a Supplementary Channel for 'Corrective Compensation. *Asia Pacific Law Review*, v.19, n.2, p. 195-216, 2011.

EZRACHI, Ariel; IOANNIDOU, Maria. Public compensation as a complementary mechanism to damages actions: From Policy Justifications to Formal Implementation. *Journal of European Competition Law & Practice*, v.3, n.6, p. 536-544, dez. 2012.

EZRACHI, Ariel. *From Courage vs Crehan to the White Paper – The Changing Landscape of European Private Enforcement and the Possible Implications for Article 82 EC Litigation*. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-540-69965-1_5. Acesso em: 05 dez. 2017.

EZRACHI, Ariel. Sponge. *Journal of Antitrust Enforcement*, v.5, n.1, p. 49-75, abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jaenfo/jnw011>. Acesso em: 10 jul. 2017.

FALCÃO NETO, Joaquim de Arruda. O advogado, a cultura jurídica e o acesso ao sistema judiciário. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.76, n.272, p. 41-50, out. a dez. 1980.

FALECK, Diego; GABBAY, Daniela; TARTUCE, Fernanda. *Meios alternativos de solução de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

FARIA, José Eduardo. Política industrial e Direito antitruste: a experiência brasileira e seu sentido atual. *Revista de Direito Público da Economia*, Belo Horizonte, ano 10, n.37, p. 109-149, jan. a mar. 2012.

FARIA, Marcela Kohlbach de. Recursos repetitivos no novo Código de Processo Civil: uma análise comparativa. *Revista de Processo*, São Paulo, v.37, n.209, p. 337-348, jul. 2012.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. Desregulamentação e o controle do abuso do poder econômico: teoria e prática. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.14, n.3 (55), p. 78-93, jul. a set. 1994.

FARIÑAS DULCE, María José. *La sociología del derecho de Max Weber*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1989.

FERNÁNDEZ, Cani. Cuestiones de interés sobre la práctica internacional del Derecho de la Competencia. In: FONT I RIBAS, Antoni; GÓMEZ TRINIDAD, Silvia (coords.). *Competencia y acciones de indemnización: actas del Congreso Internacional sobre daños derivados de ilícitos concurrenciales*. Madrid: Marcial Pons, 2013.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. *Lei de defesa da concorrência: origem histórica e base constitucional*. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/?q=/publicacoes-cientificas/132>>. Acesso em: 04 out. 2017.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. Direito da concorrência e enforcement privado na legislação brasileira. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 1, n. 2, p. 11-31, novembro 2013.

FIRST, Harry; WALLER, Spencer Weber. Antitrust's Democracy Deficit. *Fordham Law Review*. v.81, n.5, p. 2543-2574, 2013.

FLORES, Gustavo Abrahão. *Cartel: Teoria Econômica e a Prática Antitruste no Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/40/TDE-2008-01-31T111708Z-1259/Publico/2007-gustavo_flores.pdf. Acesso em: 17 abr. 2017.

FLORIDIA, Giorgio. Il risarcimento dei danni nella proprietà intellettuale e nel diritto antitruste. In: Conference The Economist and the Judge - Private Litigation and Damage Assessment in Antitrust and IPRs Cases, Roma, jun. 2011. Disponível em:

<http://www.learlab.com/conference2011/documents/a-Convegno%20Lear%2023.6.2011%20-%20Relazioni%202011.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

FOER, Albert A. Enhancing competition through the cy pres remedy: Suggested Best Practices. *The American Antitrust Institute Working Paper*, Washington, n.7, nov. 2007. Disponível em: <https://www.antitrustinstitute.org/content/aai-working-paper-no-07-11-enhancing-competition-through-cy-pres-remedy-suggested-best>. Acesso em: 24 dez. 2017.

FOER, Albert A.; AMORE, Roberto. Cy pres as an antitrust remedy. *The American Antitrust Institute Working Paper*, Washington, n.5, out. 2005. Disponível em: <http://www.antitrustinstitute.org/content/aai-working-paper-no-05-09-goals-antitrust-thoughts-consumer-welfare-us>. Acesso em: 24 dez. 2017.

FORGIONI, Paula A. *Os fundamentos do antitruste*. 8 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

FORISTER, Eric F.; HUSSAIN, Samid. Empirical Approaches in Assessing Class Certification in Direct Purchaser Price-Fixing Cases. In: GCR. *The Antitrust Review of the Americas*. Londres: Global Competition Review in Association with Cornerstone Research, 2010.

FÓRUM NACIONAL DE JUIZADOS ESPECIAIS. Enunciados Cíveis. Disponível em: <http://www.amb.com.br/fonaje/?p=32>.

FOX, Eleanor M. Economic development, poverty and antitrust: the other path. *New York University Law and Economics Working Papers*, n.102, 26 jul. 2007. Disponível em: http://lsr.nellco.org/nyu_lewp/102/. Acesso em: 10 jul. 2017.

FRAILE, Irene; KAPOOR, Ankur; PIKE, Richard. *EU High Court Opens The Door To Umbrella Liability*. Disponível em: http://awa2015.concurrences.com/IMG/pdf/eu_high_court_opens_the_door_to_umbrella_liability.pdf. Acesso em: 24 dez. 2017.

FRANCISCO, André Marques. *Responsabilidade civil por infração da ordem econômica*. 256 p. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FREEMAN, Peter. The significance of economic evidence in competition. *IEA Beesley Lecture Series*, London, p. 1-17, 15 out. 2009. Disponível em: <http://www.rpieurope.org/Beesley/2009/Peter%20Freeman.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FREITAS, José Lebre de. Intervenção de terceiros em processo arbitral. *Revista de Processo*, São Paulo, v.209, n.37, p. 433-443, jul. 2012.

FREITAS, Paulo Felipe Carneiro de. *Tutela coletiva da responsabilidade civil por infração à ordem econômica*. 2013. 118 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FREITAS, Paulo Felipe Carneiro de. *Tutela Coletiva da Responsabilidade Civil por Infração à ordem econômica*. 2013. 120 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

FRIEDENTHAL, Jack H.; KANE, Mary Kay; MILLER, Arthur R. *Civil Procedure*. 4 ed. St. Paul: Thomson/West, 2005.

FRIEDERISZICK, Hans W.; RÖLLER, Lars-Hendrik. Quantification of harm in damages actions for antitrust infringements: insights from German cartel cases. *Journal of Competition Law & Economics*, Oxford, v.6, n.3, p. 595-618, set. 2010.

FRIEL, Steven; BARNES, Jonathan (Coord.). *Litigation Funding 2017*. Londres: Getting The Deal Through, 2016.

FURLAN, Fernando de Magalhães. *Especialização judicial: uma solução econômica para a administração da justiça*. São Paulo: Singular, 2017.

GABAN, Eduardo Molan; DOMINGUES, Juliana Oliveira. *Direito antitruste*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GABARDO, Rodrigo Araújo. *A insuficiência de recursos financeiros na instauração da arbitragem comercial: efeitos no direito brasileiro a partir de uma perspectiva comparada*. 2014. 160 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GABBAY, Daniela Monteiro et al. Cândido Rangel Dinamarco e a instrumentalidade do processo (uma entrevista). *Cadernos Direito FGV*, São Paulo, v.7, n.4, p. 07-41, jul. 2010.

GABBAY, Daniela Monteiro; PASTORE, Ricardo Ferreira. Arbitragem e outros meios de solução de conflitos em demandas indenizatórias na área de direito da concorrência. *Revista Brasileira de Arbitragem*, v.11, n.43, p. 07-32, 2014.

GABBAY, Daniela Monteiro; PASTORE, Ricardo Ferreira. Demandas indenizatórias por danos causados por cartéis no Brasil: um campo fértil aos mecanismos consensuais de solução de conflitos. *Revista de Arbitragem e Mediação*, v. 43, p. 171-207, out. a dez. 2014.

GABBAY, Daniela Monteiro. *Mediação e judiciário: condições necessárias para a institucionalização dos meios autocompositivos de solução de conflitos*. 2011. 274 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-24042012-141447/pt-br.php>. Acesso em: 05 dez. 2017.

GABURRI, Fernando. A prescrição da pretensão de reparação por responsabilidade contratual decorrente da relação de consumo: um diálogo entre o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor. *Interfaces Científicas – Direito*, Aracaju, v.1, n.3, p. 109 – 119, jun. 2013.

GAILLARD, Emmanuel; SAVAGE, John. *Fouchard Gaillard Goldman on International Commercial Arbitration*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 1999.

GALVANI, Marina Sampaio. A prova do dano nas ações de responsabilidade civil por ato ilícito concorrencial. *Revista do IBRAC – Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional*, v.26, p. 135-152, jul/dez 2014.

GÂNDARA DE CARVALHO, Livia Cristina Lavandeira. *Responsabilidade civil concorrencial: a busca pela efetiva reparação de danos*. 2011. 74 p. Monografia (Graduação) Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

GÂNDARA, Livia. Responsabilidade civil concorrencial: elementos de responsabilização civil e análise crítica dos problemas enfrentados pelos tribunais brasileiros. *Revista do IBRAC – Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional*, v.21, p. 331-342, jan. 2012.

GAVIL, Andrew I. Burden of proof in US Competition Law. *Issues in Competition Law and Policy*, Washington, p. 125-157, 2008. Disponível em: <http://www.masonlec.org/site/files/2011/09/Gavil-Issues-in-Competition-Burden-of-Proof-Chapter-2008.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

GERBER, David J. *Il risarcimento del danno da condotta anticoncorrenziale - US ed Europa a confronto*. Trento: Giunta della Provincia autonoma di Trento, 2010.

GERBER, David J. Two Forms of Modernization in European Competition Law. *Fordham International Law Journal*, New York, v.31, n.5, p. 1235-1265, 2008. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/ilj/vol31/iss5/8/>. Acesso em: 04 out. 2017.

GIDDENS, Anthony. *Politics and sociology in the thought of Max Weber*. London: British Sociological Association, 1972.

GIDDENS, Anthony. Weber's methodological essays. In: _____. *Capitalism and Modern Social Theory: An Analysis of the Writings of Marx, Durkheim and Max Weber*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 133-144.

GILBERTO, André Marques. *O processo antitruste sancionador*. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-08072010-175038/pt-br.php. Acesso em: 17 abr. 2017.

GLAVIN, Rita M. Prosecutors who disclose prosecutorial information for literary or media purposes: what about the duty of confidentiality?. *Fordham Law Review*, New York, v.63, n.5, p. 1809-1851, 1995. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3164&context=fllr>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GODDEN, David M.; WALTON, Douglas. A theory of presumption for everyday argumentation. *Pragmatics and Cognition*, Philadelphia, v.15, n.2, p. 313-346, 2007. Disponível em:

<http://www.dougwalton.ca/papers%20in%20pdf/07%20GoddenWalton%20Presumption%20in%20P&C.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

GOMES, Adalmir de Oliveira; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Desempenho no Judiciário. Conceituação, estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.47, n.2, p. 379-401, mar. a abr. 2013.

GOMES, Técio Spínola. *A aplicação adequada da fluid recovery na liquidação e execução de ações coletivas sobre direitos individuais homogêneos*. 2013. 128 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

GÓMEZ TRINIDAD, Sílvia. El sistema de clemencia y el procedimiento judicial civil por daños ante la infracción de las normas de defensa de la competencia. In: FONT I RIBAS, Antoni; VILÀ COSTA, Blanca (coords.). *La indemnización por infracción de normas comunitarias de la competencia*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

GONÇALVES FILHO, João Gilberto. *O princípio constitucional da eficiência no processo civil*. 2010. 455 p. Tese para obtenção do título de doutor (Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-17112011-085839/publico/Microsoft_Word_tese_doutorado_joao_gilberto_filho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

JORNAL HOJE. *Governo tenta reduzir impactos da operação Carne Fraca no mercado*. 18 de março de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/governo-tenta-reduzir-impactos-da-operacao-carne-fraca-no-mercado.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GRINBERG, Mauro; PAOLETTI, Camila; CORDOVIL, Leonor. Brazil. In: FOER, Albert (Org.). *The International Handbook on Private Enforcement of Competition Law*. Northampton: Edward Elgar, 2010, p. 439-446.

GRINBERG, Mauro; PAOLETTI, Camila; CORDOVIL, Leonor. Private Enforcement Brazilian. In: FOER, Albert (Org.). *The International Handbook on Private Enforcement of Competition Law*. Northampton: Edward Elgar, 2010, p. 439-446.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas tendências do direito processual*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O termo de ajustamento de conduta no âmbito da concorrência. *Revista do IBRAC*, São Paulo, v.16, n.1, p. 187-197, 2009.

GUERRA, Marcel Vitor de Magalhães e. *O Direito Tutelado nas Condenações do Fluid Recovery*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4523&revista_caderno=21. Acesso em: 23 dez. 2017.

GUIA SILVA, Rodrigo da. *Contornos do enriquecimento sem causa e da responsabilidade civil: estudo a partir da diferença entre lucro da intervenção e lucros cessantes*. Disponível em: civilistica.com/contornos-do-enriquecimento-sem-causa/. Acesso em: 24 dez. 2017.

GUTHRIE, Chris; RACHLINSKI, Jeffrey J.; WISTRICH, Andrew J., Blinking on the Bench: How Judges Decide Cases. *Cornell Law Review*, v.93, n.1, p. 1-43, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Facticidad y Validez: Sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso*. Traducción de Manuel Jiménez Redondo. 6 ed. Madrid: Editorial Trotta, 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Na esteira da tecnocracia: pequenos escritos políticos XII*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa, I: racionalidad de la acción y racionalización social*. Traducción de Manuel Jiménez Redondo. 4 ed. Madrid: Taurus, 1999.

HAMMOND, Scott. Cornerstones of an effective leniency program. *Presented before the ACCC. Cracking cartels: International and Australian Developments*. Sydney, 2004, p. 2.

HANSBERRY, Dorothy; HUMMER, Christina; LE BERRE, Morvan; LECLERC, Mélanie. Umbrella Effect: Damages Claimed by Customers of Non-cartelist Competitors. *Journal of European Competition Law & Practice*, Oxford, v.5, n.4, p. 196-205, mar. 2014.

HAO, Jing. *Buyers' Cartels: an empirical study of prevalence and economic characteristics*. Department Of Agricultural Economics, Purdue University, abr. 2011. Disponível em: <https://ag.purdue.edu/agecon/Documents/Buyers%27%20Cartels%20An%20Empirical%20Study%20of%20Prevalence%20and%20Economic%20Characteristics.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

HAWTHORNE, Donald; SANDERSON, Margaret. Rigorous analysis of economic evidence on class certification in Antitrust Cases. *Antitrust*, Washington, v.21, n.1, p. 55-61, Fall 2009. Disponível em: <https://www.crai.com/sites/default/files/publications/Rigorous-Analysis-of-Economic-evidence.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HENRIQUES, Duarte Gorjão. “Third Party Funding” ou o financiamento de litígios por terceiros em Portugal. *Revista de Arbitragem e Mediação*, v.13, n.51, p. 295-336, out. a dez. 2016. Disponível em: http://www.bch.pt/ROA%20III_IV%202015.pdf. Acesso em 23 dez. 2017.

HERKENHOFF, João Baptista. Considerações sobre o novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.254, n.874-876, p. 399-427, abr. a jun. 1976.

HIGGINS, Andrew. ZUCKERMAN, Adrian A. S. Class Actions in England? Efficacy, Autonomy and Proportionality in Collective Redress. *Oxford Legal Studies Research Paper*, n.93. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2350141>. Acesso em: 08 dez. 2017.

HODGES, Christopher; PEYSNER, John; NURSE, Angus. *Litigation funding: status and issues*. Londres: Swiss Re, 2012.

HODGES, Christopher. Delivering competition damages in the UK. *Oxford Legal Studies Research Paper*, n.66, nov. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2170385. Acesso em: 06 dez. 2017.

HODGES, Christopher. *The Reform of Class and Representative Actions in European Legal Systems*. Oxford: Hart Publishing, 2008.

HOLTON, Robert. Max Weber and the Interpretative Tradition. In: DELANTY, Gerard; ISIN, Engin F. (Ed.). *Handbook of historical sociology*. London: SAGE Publications, 2003, p. 27-37.

HOMMA, Fernanda Lissa Fujiwara. *Execuções judiciais pecuniárias de processos coletivos no brasil: entre a fluid recovery, a cy pres e os fundos*. 2017. 178 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, 2017.

HOVENKAMP, Herbert J. Quantification of Harm in Private Antitrust Actions in the United State. *University of Iowa Legal Studies Research Paper*, fev. 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1758751>. Acesso em: 07 dez. 2017.

HOVENKAMP, Herbert J. Quantification of Harm in Private Antitrust Actions in the United State. *University of Iowa Legal Studies Research Paper*, fev. 2011. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1758751>. Acesso em: 07 dez. 2017.

HOVENKAMP, Herbert. A Primer on Antitrust Damages. *University of Iowa Legal Studies Research Paper*. p. 01-59, 2011.

HOVENKAMP, Herbert. *The antitrust enterprise: principle and execution*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

HOVENKAMP, Herbert. The Areeda-Turner test for exclusionary pricing: a critical journal. *Areeda-Turner Predatory Pricing*, abr. 2014. Disponível em: <http://www.tinbergen.nl/wp-content/uploads/2014/05/AREEDA-TURNER-revised.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017, p.1.

HOWREY, Edward. Economic evidence in antitrust cases. *Presented before the American Marketing Association*. New Jersey, 1954. Disponível em: https://www.ftc.gov/system/files/documents/public_statements/687131/19540614_howrey_economic_evidence_in_antitrust_cases.pdf. Acesso em: 17 abr. 2017, p. 7.

HÜSCHEL RATH, Kai; VEIT, Tobias. The Impact of Cartelization on Pricing Dynamics. *ZEW Discussion Paper*, n.11, p. 1-33, nov. 2011. Disponível em: <http://ftp.zew.de/pub/zew-docs/dp/dp11067.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2017.

HVIID, Morten; MEDVEDEV, Andrei. The role of contribution among defendants in Private Antitrust litigation. *Centre for Competition Policy Working Paper*, Norwich, n.08-3, p. 1-31, fev. 2008. Disponível em: competitionpolicy.ac.uk/documents/107435/107587/ccp08-3.pdf. Acesso em: 12 jan. 2016.

HVIID, Morten; PEYSNER, John. Comparing Economic Incentives across EU Member States. In: RODGERS, Barry J. (Org.). *Competition Law: Comparative Private Enforcement and Collective Redress Across the EU*. Kluwer Law International, 2014, p. 195-222.

HYLTON, Keith N.; LIN, Haizhen. Innovation and Optimal Punishment with antitrust applications. *Boston University School of Law Working Paper*, Boston, n.08-33, p. 1-39, 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1305147>. Acesso em: 12 jan. 2017.

IANNUCELLI, Paolo. The European Court of Justice and the shaping of Private Enforcement of EU Antitrust Law through Preliminary Rulings. In: CORTESE, Bernardo. EU Competition Law: Between Public and Private Enforcement. *International Competition Law Series*, v.55, 2014, p. 237-238.

IDOT, Laurence. Arbitration and competition p. 51-86. In: OECD. *Arbitration and Competition, Working Party N. 3*, out. 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/competition/abuse/49294392.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2017.

INDERST, Roman; MAIER-RIGAUD, Frank P.; SCHWALBE, Ulrich. Umbrella effects. *Journal of Competition Law & Economics*, Oxford, v.10, n.3, p. 739-763, ago. 2014.

IOANNIDOU, Maria. Enhancing the consumers' role in EU private competition law enforcement: a normative and practical approach. *The competition law review*, v.8, p. 59-85, dez. 2011.

IYENGAR, Sheena S.; LEPPER, Mark R. When Choice is Demotivating: Can One Desire Too Much of a Good Thing? *Journal of Personality and Social Psychology*, v.79, n.6, p. 995-1006, 2000.

JACOBSON, Jonathan M.; WEICK, Daniel P. Contracts that reference rivals as an antitrust category. *The antitrust source*, abr. 2012. Disponível em: <https://www.wsgr.com/publications/PDFSearch/jacobson-0412.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2017.

JAEGER JR, Augusto; CRAVO, Daniela Copetti. A consagração dos litígios privados na união europeia: difundindo o direito da concorrência e reparando as vítimas consumeristas. *Revista de Direito do Consumidor*, v.96, p. 75-84, nov. 2014.

JAMES JR., Fleming. Burdens of proof. *Yale Law School Legal Scholarship Repository*, New Haven, v.47, n.51, p. 51-70, 1961. Disponível em: http://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/3068/. Acesso em: 02 jul. 2017.

JENSEN, Sissel. et al. Crime and punishment: when tougher antitrust enforcement leads to higher overcharge. *Norwegian School of Economics*, Oslo, n.4, fev. 2013. Disponível em: <https://brage.bibsys.no/xmlui/bitstream/handle/11250/163336/SAM0413.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 mai. 2017.

JUSTIÇA FEDERAL. Apoio Judiciário - Consórcio Garibaldi. Disponível em: https://www.jfpr.jus.br/www/apoio_judiciario/garibaldi.php. Acesso em: 27 dez. 2017.

KAISER, David. Presumptions of Law and of Fact. *Marquette Law Review*, Wisconsin, v.38, n.4, p. 253-261, Spring 1995. Disponível em: <http://scholarship.law.marquette.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3106&context=mulr>. Acesso em: 12 mai. 2017.

KALBERG, Stephen. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v.85, n.5, p. 1145-1179, mar. 1980.

KAPLOW, Louis. Why (ever) define markets. *Harvard Law Review*, Cambridge, v.124:437, n.2, p. 437-517, dez. 2010. Disponível em: https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/30013694/vol_12402kaplow.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 jul. 2017.

KARMEL, Philip E.; PADEN, Peter R. Fluid Recovery in Class Action Litigation. *New York Law Journal*, dez. 2006. Disponível em: <https://www.bryancave.com/images/content/1/0/v2/1014/ToxicTorts12-26-2006.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2017.

KAUPER, Thomas E.; SNYDER, Edward A. An inquiry into the efficiency of private antitrust enforcement: follow-on and independently initiated cases compared. *The Georgetown Law Journal*, Washington, v.74, p. 1163-1230, 1986.

KENNEDY, Duncan. A transnational genealogy of proportionality in Private Law. In: BROWNSWORD, Roger et al (Eds.). *The foundations of European Private Law*. Oxford, Portland: Hart Publishing, 2011.

KENNEDY, Duncan. Legal Formalism. In: SMELSER, Nial J.; BALTES, Paul B. (Eds.). *Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Berlin, Palo Alto: Elsevier, 2001, p. 8634-8638, v.13. Disponível em: <http://duncankennedy.net/documents/Legal%20Formalism.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

KENNEDY, Duncan. The Disenchantment of Logically Formal Legal Rationality, or Max Weber's sociology in the genealogy of the contemporary mode of Western legal thought. *Hastings Law Journal*, San Francisco, v.55, p. 1031-1076, 2004.

KENNEDY, Duncan. *The Rise and Fall of Classical Legal Thought*. Washington: Beard Books, 1975.

KESKE, Sonja E. *Group litigation in European Competition Law - a law and economics perspective*. 2009. 340 p. Tese (doutorado), Erasmus Universiteit Rotterdam, Tübingen, 2009.

KESKE, Sonja E. *Group litigation in European Competition Law – a law and economics perspective*. 2009. 340 p. Tese (Doutorado), Erasmus Universiteit Rotterdam, Tübingen, 2009.

KESSLER, Amalia D. Our inquisitorial tradition: equity, procedure, due process and the search for an alternative to the adversarial. *Cornell Law Review*, v.90, n.5, jul. 2005. Disponível em:

<http://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3001&context=clr>. Acesso em: 21 jun. 2017.

KIRKBRIDE, James; LETZA, Steve; YUAN, Dujuan. The challenges of private antitrust enforcement in transition economies - The case of Brazil. *International Journal of Law and Management*, v.52, n.6, p. 451-463, 2010.

KNIJNIK, Danilo. As (perigosíssimas) doutrinas do “ônus dinâmico da prova” e da “situação senso comum” como instrumentos para assegurar o acesso à justiça e superar a *probatio diabolica*. In: FUX, Luiz; NERY JR, Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords.). *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

KOMNINOS, Assimakis (Coord.). *Quantifying antitrust damages Towards non-binding guidance for courts. Study prepared for the European Commission. Oxera and a multi-jurisdictional team of lawyers*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2009.

KOMNINOS, Assimakis P. *Arbitration and EU Competition Law*. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1520105>. Acesso em: 07 dez. 2017.

KOMNINOS, Assimakis P. *EC Private Antitrust Enforcement: Decentralised Application of EC Competition Law by National Courts*. Oxford/Portland: Hart Publishing, 2008.

KORNHAUSER, Lewis, The Economic Analysis of Law. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: University Stanford, 2017. URL: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/legal-econanalysis/>.

KOVACIC, William E; SHAPIRO, Carl. Antitrust Policy: a century of economic and legal thinking. *Journal of Economic Perspectives*, v.14, n.1, p. 43-60, Winter 2000. Disponível em: <http://faculty.haas.berkeley.edu/shapiro/century.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2017.

KRONMAN, Anthony. Max Weber. Tradução de John Milton. *Coleção Teoria e Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LANDE, Robert H. A traditional and textualist analysis of the goals of antitrust: efficiency, preventing theft from consumers, and consumer choice. *Fordham Law Review*, v.81, n.5, p. 2349-2403, 2013. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4885&context=flr>. Acesso em: 10 jul. 2017.

LANDE, Robert H. Are Antitrust "Treble" Damages Really Single Damages? *Ohio State Law Journal*, v54, p. 115-174, 1993. Disponível em: https://scholarworks.law.ubalt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1365&context=all_fac.

LANDE, Robert H.; DAVIS, Joshua P. Comparative deterrence from Private Enforcement and Criminal Enforcement of the U.S. Antitrust Laws. *University of San Francisco Law Research Paper*, San Francisco, n.17, p. 1-59, mar. 2010. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1565693>. Acesso em: 15 fev. 2017.

LANDES, William M.; POSNER, Richard A. Should indirect purchasers have standing to sue under the Antitrust Laws? An economic analysis of the rule of Illinois Brick. *University of Chicago Law Review*, Chicago, n.46, p. 602-635, 1979. Disponível em: http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2549&context=journal_articles. Acesso em: 20 jul. 2017.

LANDOLT, Philip. *Modernised EC Competition Law in International Arbitration*. Haia: Kluwer Law International, 2006.

LAROUCHE, Pierre. *Competition Law and regulation in European telecommunications*. Portland: Hart Publishing, 2000.

LASH, Scott. Modernity or Modernism? Weber and contemporary social theory. In: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (Eds.). *Max Weber, Rationality and Modernity*. 2 ed. Oxfordshire: Routledge, 2006, p. 355-377.

LAZZARINI, Alexandre Alves, A intervenção do CADE no processo judicial. *Revista de processo*, São Paulo, v.27, n.105, p. 240-248, jan. a mar. 2002.

LEAL, André Cordeiro. *Instrumentalidade do processo em crise*. Belo Horizonte: Malheiros, 2008.

LESLIE, Christopher R. Antitrust Amnesty, Game Theory, and Cartel Stability. *The Journal of Corporation Law*. Iowa, v.31, 2006.

LEUCHT, Brigitte; MARQUIS, Mel. American Influences on EEC Competition Law: Two Paths, How Much Dependence? (eds.). In: PATEL, Kiran Klaus; SCHWEITZER, Heike. *The historical foundations of EU Competition Law*. New York: Oxford University Press, 2013, p. 125-161.

LEVENSTEIN, Margaret C.; SUSLOW, Valerie Y. Breaking up is Hard to Do: Determinants of Cartel Duration. *Ross School of Business Working Paper*, Michigan, n.1150, set. 2010. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/10.1086/657660?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 12 jan. 2016.

LEVY, Inbar. Lightening the overload of CPR Rule 3.9. *Civil Justice Quarterly*. v.32, n.2, p. 139-152, 2013.

LIANOS, Ioannis; GENAKOS, Christos. Econometric evidence in EU competition law: an empirical and theoretical analysis. *CLES Working Paper Series*, London, n.6/2012, out. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2184563. Acesso em: 17 abr. 2017.

LIANOS, Ioannis. “Judging” Economists: economic expertise in competition law litigation. *Center for Law, Economics and Society*. London. Faculty of Laws, UCL. CLES Working Paper Series 1/2009, mar. 2009. Disponível em: https://www.ucl.ac.uk/cles/research-paper-series/research-papers/cles_1_2009. Acesso em: 17 abr. 2017.

LIANOS, Ioannis. Causal Uncertainty and Damages Claims for Infringement of Competition Law in Europe. *Centre for Law, Economics and Society*, Londres, n.2, p. 1-62, jan. 2015.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de Execução*. São Paulo: Saraiva, 1946.

LIMA, Alcides de Mendonça. A nova terminologia do Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 191-200, abr. a jun. 1974.

LIMA, Alcides de Mendonça. O processo como garantia das instituições sociais. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.74, n.262, p. 15-21, abr. a jun. 1978.

LIMA, Alcides de Mendonça. Os recursos do novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 145-150, abr. a jun. 1974.

LIMA, Ruy Afonso de Santacruz. *Prevenção antitruste no Brasil: 1991-1996*. 1998. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Teoria Geral das Obrigações*. São Paulo: Saraiva, 2005.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOUREIRO, Edwilson Alexandre. O dever de lealdade e o comportamento ético-jurídico do advogado no processo. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 320-321, abr. a jun. 1974.

LÖWY, Michael. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes*. 2 ed. rev. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2016, p.341.

MACCULLOCH, Angus and WARDHAUGH, Bruce. The baby and the bathwater: the relationship in Competition Law between Private Enforcement, Criminal Penalties, and Leniency Policy. *Presented before the Centre for Competition Policy*, Norwich, 14 de junho de 2012. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2089369>. Acesso em: 16 dez. 2016, p. 118.

MACEDO, Lucas Buril de; PEIXOTO, Ravi. A teoria da dinamização do ônus da prova, o Novo CPC e as adaptações necessárias para a sua utilização no procedimento dos Juizados Especiais. *Revista Forense*, São Paulo, v.420, jul. a dez. de 2014.

MACEY, Jonathan R. Judicial Preferences, Public Choice, and the Rules of Procedure. *The Journal of Legal Studies*, v.23, n.1, p. 627-646, 1994.

MACKENRODT, Mark-Oliver. Public vs. Private Enforcement of Antitrust Law in Unilateral Conduct Cases. *Max Planck Institute for Intellectual Property, Competition &*

Tax Law Research Paper Series, n.09-11, p. 1-35, dez. 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1470611. Acesso em: 27 dez. 2017.

MAGGI, Bruno Oliveira. O cartel e seus efeitos no âmbito da Responsabilidade Civil. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-28012011-140203/pt-br.php. Acesso em: 18 abr. 2017.

MAHTANI, Munesh Ram. Thinking outside the object box: an EU and UK Perspective. *European Competition Journal*, v.8, n.1, p. 1-39, 2012.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. As presunções na teoria da prova. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.79, 1984.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Da jurisdição coletiva à tutela judicial plurindividual: evolução da experiência brasileira com as demandas seriais.. In: PUOLI, José Carlos B. et al (Org.). *Direito Processual Constitucional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016, p. 221-256.

MANTAS, Stanevicius. Cartel File Disclosure to Damage Claimants: AG Opinion in Donau Chemie. *Journal of European Competition Law & Practice*, v.4, n.4, ago. 2013, p. 322.

MARCUSE, Herbert. Some social implications of modern technology. In: ARATO, Andrew; GEBHARDT, Eike (Eds.). *The essential Frankfurt School Reader*. 2 ed. New York: Continuum, 1985, p. 138-163.

MARIANI, Rômulo Greff. *Arbitragens coletivas no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2015. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/95008/arbitragem_coletivas_brasil.pdf. Acesso em: 05 dez. 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil. Tutela dos Direitos Mediante Procedimentos Diferenciados*. São Paulo, Revista dos Tribunais, v.3, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil. Tutela dos Direitos Mediante Procedimento Comum*. São Paulo, Revista dos Tribunais, v.2, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil – Tutela dos Direitos Mediante Procedimentos Diferenciados*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo Curso de Processo Civil: Tutela dos direitos mediante procedimento comum*, v.2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Prova e convicção: de acordo com o CPC 2015*. 3 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 218.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *O Projeto do Código de Processo Civil: críticas e propostas*. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de processo civil – Teoria geral do processo*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v.1, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Efetividade do processo e tutela de urgência*. Porto Alegre: Fabris, 1995.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas do processo civil*. São Paulo: Malheiros, 1994.

MARINONI, Luiz Guilherme. O “problema” do incidente de resolução de demandas repetitivas e dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista de Processo*, São Paulo, v.249, n.40, p. 399-419, nov. 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela dos direitos*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antonio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARTINEZ, Ana Paula; Araujo, Mariana Tavares de. Private Antitrust Enforcement in Brazil: New Perspectives and Interplay with Leniency. *CPI Antitrust Chronicle*. April 2013.

MARTINEZ, Ana Paula; TAVARES, Mariana. Private Antitrust Enforcement in Brazil: New Perspectives and Interplay with Leniency. *Competition Policy Journal*. Disponível em:

<https://www.competitionpolicyinternational.com/assets/Uploads/MartinezTavaresOCT-132.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MARTINEZ, Ana Paula. ARAÚJO, Mariana Tavares de. Private antitrust enforcement in Brazil: new perspectives and interplay with leniency. *CPI Antitrust Chronicle*, Boston, n.1, p. 1-5, abr. 2013. Disponível em:

<https://www.competitionpolicyinternational.com/assets/Uploads/MartinezTavaresOCT-132.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MARTINEZ, Ana Paula. *Histórico e desafios do controle de concentrações econômicas no Brasil*. [S.l.:s.n.], 2012. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3768038/mod_resource/content/1/CHY%20-%20Texto%20AMP.pdf. Acesso em: 19 set. 2017.

MARTINEZ, Ana Paula. *Repressão a Cartéis: interface entre Direito Administrativo e Direito Penal*. Disponível em: http://www.editorasingular.com.br/Uploads/Indice/Sumario_Repressao_a_Carteis.pdf. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARTINS, Arthur Villamil. *As políticas econômicas constitucionais como fator de legitimidade das decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade*. 2013. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MARTINS, Gabriela Freire. “Direitos indisponíveis que admitem transação”: breves considerações sobre a lei nº 13.140/2015. *Caderno Virtual*, Brasília, v.1, n.33, jul. 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/viewFile/1198/718>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MATION, Gisela Ferreira. As Ações Cíveis para Cessação e Reparação de Danos Causados por Condutas Anticoncorrenciais no Brasil. In: *III Prêmio Seae de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica*. Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda. p. 1-77, 2008.

MATTOS NETO, Antonio José de. Direitos patrimoniais disponíveis e indisponíveis à luz da lei da arbitragem. *Revista de Processo*, v.122, p. 151-166, abr. 2005.

MATTOS, César. Introdução. In: _____. *A revolução do antitruste no Brasil: a teoria econômica aplicada a casos concretos*. São Paulo: Editora Singular, 2003, p. 19-28.

MCAFEE, R. Preston; MIALON, Hugo M.; MIALON, Sue H. Private v. Public Antitrust Enforcement: a strategic analysis. *Emory Public Law Research Paper*, Atlanta, n.06-4, 2008. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=775245>. Acesso em: 05 mar. 2017.

MCKECHNIE, William. Damages Actions in Private Antitrust Enforcement: Irish Report..In: CORTESE, Bernardo (Ed.). *EU Competition Law: Between Public and Private Enforcement*. International Competition Law Series, Kluwer Law International Alphen aan den Rijn, v.55, dez. 2014, p. 286-300.

McKINNEY, John C. Constructive typology and social theory. *Sociology Series*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1966.

MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo moderno*. 18 ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 147.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 27 ed. atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2002; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 25 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012, p. 205.

MELFI, Carlos Mazza Britto. *Sistema brasileiro de defesa da concorrência: vulnerabilidade e desarmonia jurídica do controle administrativo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MENDES, Gilmar; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4 ed. rev. atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, p. 884.

MENDES, Gilmar. A Reforma do Sistema Judiciário no Brasil: elemento fundamental para garantir segurança jurídica ao investimento estrangeiro no País. In: *Conferência promovida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)*, Paris, França, 18 mai. 2009. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaStfInternacional/portaStfAgenda_pt_br/anexo/discParisport1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

MESQUITA LAUX, Francisco de. *Autocomposição e processo societário*. 2016. 174 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MILBRADT, Patrícia Amaral. *A efetividade do acesso à justiça por meio do processo eletrônico*. 2010. 93 p. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/27084>. Acesso em: 27 nov. 2017.

MILLAR, Robert Wyness. The formative principles of Civil Procedure. *Illinois Law Review*, Champaign, v.18, p. 1-36, 1923-1924.

MILLER, Geoffrey P.; SINGER, Lori S. Nonpecuniary class action settlements. *Law & Contemporary Problems*, v.60, n.4, p. 97-154, 1997. Disponível em: <https://scholarship.law.duke.edu/lcp/vol60/iss4/6/>. Acesso em: 23 dez. 2017.

MILLS, Charles Wright. On intellectual craftsmanship. In: _____. *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1959, p. 195-226.

MILUTINOVIC, Veljko. The ‘Right to Damages’ under EU Competition Law: from Courage v. Crehan to the White Paper and Beyond. *Kluwer Law International*, v.73, 2010, p. 275.

MIOLO, Iagê Zendron. *Law and the Economy in Neoliberalism: the politics of competition regulation in Brazil*. 2014. Tese (Doctor of Philosophy in Law and Society) - Dipartimento di Scienze Giuridiche Cesare Beccaria, Università degli Studi di Milano, Milano, 2014.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado Direito Privado: parte especial, Direito das Obrigações: Obrigações e suas espécies; Fontes e espécies de obrigações*. Tomo XXII. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1958.

MITIDIERO, Daniel. *Antecipação da tutela: da tutela cautelar à técnica antecipatória*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 99.

MITIDIERO, Daniel. *Colaboração no Processo Civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos*. 3 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MITIDIERO, Daniel. O processualismo e a formação do Código Buzaid. *Revista de Processo*, São Paulo, v.35, n.183, p. 165-194, mai. 2010.

MONTEIRO, Brandão. Apresentação de emendas. In: BRASIL. *Constituinte fase B: emendas ao ante-projeto do relator da subcomissão*. Brasília, v.166, mai. 1987, p. 469. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-166.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

MONTERO AROCA, Juan. Il processo civile “sociale” come strumento di giustizia autoritaria. *Rivista di diritto processuale*, Padova, v.59, n.2, p. 553-579, mar. a jun. 2004.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Curso de Direito Administrativo: parte introdutória, parte geral, parte especial*. 13 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

MULLENIX, Linda S. Arbitrating Federal Antitrust Claims, Class Action Waivers, and the 'Effective Vindication' Rule. *Public Law and Legal Theory Research Paper Series*, Texas, n. 349, p. 191-195, fev. 2013.

MUNARI, Francesco. Antitrust Enforcement after the entry into force of Regulation No. 1/2003: the interplay between the Commission and the NCAs and the need for an enhanced role of national courts. In: CORTESE, Bernardo. *EU Competition Law: Between Public and Private Enforcement*. International Competition Law Series, v.55, 2014, p. 124.

MUNHOZ DE MELLO, Rafael. Arbitragem e Administração Pública. *Revista Jurídica da Procuradoria-geral do Estado do Paraná*, Curitiba, n.6, p. 47-81, 2015.

MUNNÉ, Guillermo. Racionalidades del derecho según Max Weber y el problema del formalismo jurídico. *Isonomía*, Santa Fé, n.25, p. 65-100, out. 2006.

NADAI, Bruno; MATTOS, Paulo Todescan Lessa. Paradigmas de Direito: compreensão e limites. In: NOBRE, Marcos; TERRA, Ricardo (Orgs.). *Direito e Democracia: um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

NASH, John. *Non-Cooperative Games*. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Filosofia, Universidade de Princeton. Princeton, 1950. Disponível em: http://rbcs.princeton.edu/sites/default/files/Non-Cooperative_Games_Nash.pdf. Acesso em: 03 mar. 2017.

NAVARRETE, Pedro Henrique. *As origens do sistema brasileiro de defesa da concorrência: o Cade (1962-1994)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NAZZINI, Roberto. *Concurrent Proceedings in Competition Law: Procedure, Evidence and Remedies*. Londres: Oxford University Press, 2005.

NERI, Marcelo Cortes (Coord.). *Mapa da inclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf. Acesso em: 30 nov. 2017.

NERY JÚNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação processual civil extravagante em vigor: atualizado até 01.08.1997. 3. ed. ver. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

NERY, Ana Luiza. *Arbitragem Coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. Disponível em: <http://www6g.senado.gov.br/institucional/biblioteca/arquivo-sumario-publicacao/A/12432>. Acesso em: 05 dez. 2017.

NEVEN, Damien; DE CONINCK, Raphael. Best practices on the submission of economic evidence and data collection. *DG Competition*, European Commission, p. 1-7, 2010. Disponível em: http://ec.europa.eu/dgs/competition/economist/neven_deconinck_best_practices.pdf. Acesso em: 12 fev. 2017.

NEVES, Luiz das. *O modelo antitruste brasileiro: Lei nº 12.529/2011*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Daniel Moura. A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso especial repetitivo, artigo 543-C, do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, v.33, n.164, p. 235-244, out. 2008.

NOMAN, Gustavo Lage. *Das provas em processo concorrencial*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/8966>. Acesso em: 17 abr. 2017.

NORKUS, Zenonas. Max Weber's interpretative sociology and rational choice approach. *Rationality and society*, London, v.12, n.3, p. 259-282, 2000.

NOTARO, Giovanni. Methods for quantifying antitrust damages: the pasta cartel in Italy. *Journal of Competition Law & Economics*, Oxford, v.10, n.1, p. 87-106, mar. 2014.

ODUDU, Okeoghene. Developing private enforcement in the EU: Lessons from the Roberts Court. *The antitrust bulletin*, Thousand Oaks, v.53, n.4, p. 873-902, Winter 2008.

OECD. *Arbitration and Competition, Working Party N. 3*, out. 2010. Disponível em: <http://www.oecd.org/competition/abuse/49294392.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2017.

OECD. Relationship between public and private antitrust enforcement – Germany. *Working Party n.3 on Co-operation and Enforcement*, jun. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/competition/antitrust-enforcement-in-competition.htm>. Acesso em: 08 dez. 2017.

OECD. Relationship between public and private antitrust enforcement – Brazil. *Working Party n.3 on Co-operation and Enforcement*, jun. 2015. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/competition/antitrust-enforcement-in-competition.htm>. Acesso em: 08 dez. 2017.

OECD. *The resolution of competition cases by specialised and generalist courts: Stocktaking of international experiences*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2016. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/competition/The-resolution-of-competition-cases-by-Specialised-and-Generalist-Courts-2016>.

OFFE, Claus. *Contradicciones en el Estado del Bienestar*. Traducción de Antonio Escohotado. 2 ed. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

OFFE, Claus. Structural problems of the Capitalist State: Class rule and the political system. On the selectiveness of political states. In: VON BEYME, Klaus (Ed.). *German Political Studies*. S.l.: Sage, 1974, p. 31-54.

OFFE, Claus. The capitalist State and the problem of policy formation. In: LINDBERG, Leon et al (Ed.). *Stress and contradiction in contemporary capitalism: public policy and the theory of the state*. Lexington: D.C Heath, 1975, p. 125-144.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Editora Saraiva, 1997.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. *Presunções e ficções no direito probatório: ensaio destinado a coletânea em homenagem a Sálvio de Figueiredo Teixeira*. [sl:sn], 2012. Disponível em: <http://alvarodeoliveira.com.br/site/wp-content/uploads/2012/09/Presuncoes-e-Ficcoes-no-Direito-Probatorio.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017, p. 5.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Procedimento e ideologia no direito brasileiro atual. *Ajuris: Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul*, Rio Grande do Sul, v.12, n.33, p. 79-85, mar. 1985.

OLIVEIRA, Gesner; PAULO, Cinthia Konichi. Aspects of Brazilian competition policy. *Revista de Direito da Concorrência*, Brasília, n.9, p. 35-59, jan. a mar. 2006.

OLIVEIRA, Leonel G. Lima. Uma década de CNJ: reflexes sobre o envolvimento com a melhoria da eficiência do judiciário. In: *VIII Congresso de Gestão Pública (CONSAD)*, Brasília, DF, mai. 2015. Disponível em: <http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1329/1/UMA%20D%C3%89CADA%20DE%20CNJ%20REFLEX%C3%95ES%20SOBRE%20O.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ONTO, Gustavo Gomes. *Da irrelevância do mercado ao mercado relevante: economistas, teoria econômica e política antitruste no Brasil*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

ORBACH, Barak. How antitrust lost its goal. *Fordham Law Review*, v.81, n.5, p. 2253-2277, 2013. Disponível em: <http://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4883&context=flr>. Acesso em: 04 jul. 2017.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICOS. *Lei e política de concorrência no Brasil: uma revisão pelos pares*. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/competition/45154401.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

ORTIZ BAQUERO, Ingrid S. La aplicación privada del Derecho Antitrust y la indemnización de los daños derivados de ilícitos contra la libre competencia. *Revista e-Mercatoria*, Bogotá, v.7, n.1, p. 1-50, 2008. Disponível em: <http://revistas.uexternado.edu.co/index.php/emerca/article/view/2056>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ORTIZ BAQUERO, Ingrid S. *La aplicación privada del Derecho de la Competencia: los efectos civiles derivados de la infracción de las normas de libre competencia*. Madrid: La Ley, 2011.

OSNA, Gustavo. *Processo Civil, Cultura e Proporcionalidade: Análise crítica da Teoria Processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

PADELLARO, Matteo. *Il risarcimento del danno per violazione delle norme sulla concorrenza: legittimazione ed antitrust injury*. 2009. 210 p. Tese (doutorado) - Università degli studi Roma Tre, Roma, 2009.

PARRET, Laura. Sense and nonsense of rules on proof in cartel cases. *TILEC Discussion Paper*, Netherlands, v.4, p. 1-27, jan. 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1088959>. Acesso em: 11 mar. 2017.

PEIXOTO, Bruno L. Brazil. In: GOTTS, Ilene Knable. *The Private Competition Enforcement Review*. Londres: Law Busines Research Ltd., 2017, p. 17-28.

PEREIRA, Cesar; QUINTÃO, Luísa. *Arbitragem coletiva no Brasil: a atuação de entidades representativas (art. 5º, XXI, da Constituição Federal)*. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/9/art20150911-03.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

PEREIRA, Guilherme Teixeira. *Política de combate a cartel no Brasil: análise jurídica do acordo de leniência e do termo de compromisso de cessação de prática*. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento Econômico e Social) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

PEYER, Sebastian. Myths and Untold Stories - Private Antitrust Enforcement in Germany. *Centre for Competition Policy Working Paper*, n.10-12, set. 2010.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. *Defesa da concorrência e bem-estar do consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PFEIFFER, Roberto Augusto Castellanos. Tutela coletiva da livre concorrência. *Revista de Direito do Consumidor*, São Paulo, n.50, p. 11-39, abr. a jun. 2004.

PINHO, Débora. O crime que fez mudar a Lei de Crimes Hediondos. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 9 jul. 2009. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2009-jul-09/imagens-historia-crime-fez-mudar-lei-crimes-hediondos>. Acesso em: 08 jul. 2017.

PINILLA, Ignacio Ara. *Teoría del derecho*. 2. ed. rev. e ampl. Madrid: Talleres Ediciones JB, 2005.

PIRES DOS SANTOS, Ulderico. Ligeiros traços sobre o dano processual no novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 316-319, abr. a jun. 1974.

PITTMAN, Russell. Consumer surplus as the appropriate standard for antitrust enforcement. *Antitrust Division, U.S Department of Justice*, jun. 2007. Disponível em: <https://www.justice.gov/atr/consumer-surplus-appropriate-standard-antitrust-enforcement>. Acesso em: 08 jul. 2017.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil - Tomo I: arts. 1º a 45*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil: Vol I (Arts. 1 – 152)*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1947.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado: Direito das obrigações* (tomo 23). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1954.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado: Direito das Obrigações*. Atualizado por Alcides Tomasetti Jr. e Rafael Domingos Faiardo Vanzella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 33.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado: parte geral* (tomo II). Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1954.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado: parte geral* (tomo III). 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Borsoi, 1954, p. 448.

PORTO, Antonio Rodrigues. Do chamamento ao processo no novo Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Belo Horizonte, v.70, n.246, p. 322-324, abr. a jun. 1974.

PORTUGAL. Supremo Tribunal de Justiça. Acórdão do processo 1674/07.7TVLSB.P1.S1. Relator: Távora Victor. Lisboa, 23 fev. 2012. *Jurisprudência*. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3822fe18e4617a1b802579b90053f603?OpenDocument>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão do processo 512/10.8TCFUN.L1-2. Relatora Teresa Albuquerque. Lisboa, 27 set. 2012. *Jurisprudência*. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/378f8f0cf358eec180257afc00400bba?OpenDocument>. Acesso em: 13 mar. 2017.

PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa. Acórdão do processo 512/10.8TCFUN.L1-2. Relatora Teresa Albuquerque. Lisboa, 27 set. 2012. *Jurisprudência*. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/378f8f0cf358eec180257afc00400bba?OpenDocument>. Acesso em: 13 mar. 2017.

POSNER, Richard A. *Antitrust Law*. 2. ed. Chicago, EUA: The University of Chicago Press, 2011.

POSNER, Richard A. The Law and Economics of the Economic Expert Witness. *Journal of Economic Perspectives*, Pittsburgh, v.13, n.2, p. 91-99, Spring 1999.

PRADO, Mariana Mota. Presidential dominance from a comparative perspective: the relationship between the executive branch and regulatory agencies in Brazil. In: Rose-Ackerman, Susan; Lindseth, Peter L. (orgs.). *Comparative Administrative Law*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010, p. 225-245.

PROSSER, Tony. Competition Law and the role of the state in East Asia. In: DOWDLE, Michael W.; GILLESPIE, John; MAHER, Imelda (Ed.). *Asian capitalism and the regulation of competition*. New York: Cambridge University Press, 2013, p. 228-261.

PRÜTTING, Hanns. Apresentação de documentos y dirección del proceso. In: RAGONE, Álvaro J. Pérez; PRADILLO, Juan Carlos Ortiz. *Código procesal civil alemán (ZPO)*. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, 2006. Disponível em: http://www.kas.de/wf/doc/kas_9523-544-4-30.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017, p. 62.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; FRANCE, Guilherme de Jesus; VIANNA, Mariana Tavares de Carvalho. Regulação consensual: a experiência das agências reguladoras de infraestrutura com termos de ajustamento de conduta. *Revista Estudos Institucionais*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 89-122, 2017.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert; FRANCE, Guilherme de Jesus. Evolução do combate à corrupção no Reino Unido. In: _____; MOHALLEM, Michael Freitas. (Orgs.). *Diagnóstico institucional: primeiros passos para um plano nacional anticorrupção*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2017, p. 19-38.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. *A regulação da concorrência*. [S.l.:s.n.], jan. 2013. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/174307/mod_resource/content/1/fulltext-2. Acesso em: 04 out. 2017.

RAMINA DE LUCCA, Rodrigo. Iura novit Curia na arbitragem. *Revista Brasileira de Arbitragem*, v.1, n.1, p. 54-78, jul. a out. 2003.

RAMOS, Vitor de Paula. O ônus da prova no Processo Civil: do ônus ao dever de provar. In: MARINONI, Luiz Guilherme (dir.). *Coleção o Novo Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 65 e ss.

RAY, Larry; REED, Michael (Eds.). Max Weber and the dilemmas of modernity. In: _____. *Organizing Modernity: New Weberian perspectives on work, organization and society*. 2 ed. New York: Routledge, 2003.

REDA, Andrea (Coord.). *Making antitrust damages actions more effective in the EU: welfare impact and potential scenarios*. Relatório para a comissão europeia. Bruxelas, Roma e Roterdã: European Commission, 2007. Disponível em:

http://ec.europa.eu/competition/antitrust/actionsdamages/files_white_paper/impact_study.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.

RIBAS, Guilherme Favaro Corvo. Contratualização administrativa no direito concorrencial. In: ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. (Orgs.). *Desafios atuais da regulação econômica e concorrência*. São Paulo: Atlas, 2010, p. 87-104.

RIBAS, Guilherme Favaro Corvo. *Processo administrativo de investigação de cartel*. São Paulo: Editora Singular, 2016, p. 122.

RIGHI, Ivan. Eficácia probatória do comportamento das partes. *Revista da Faculdade de Direito UFPR*, Curitiba, v.20, n.0, p. 1-9, 1981. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/8855>. Acesso em: 12 mai. 2017.

RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

RINGER, Fritz. *Max Weber's methodology: the unification of the cultural and social sciences*. Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

ROACH, Kent; TREBILCOCK, Michael J. Private enforcement of competition laws. *Osgoode Hall Law Journal*, Toronto, v.34, n.3, p. 461-508, 1996. Disponível em: <http://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/ohlj/vol34/iss3/2/>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ROCHA, Jean-Paul Veiga da; COUTINHO, Diogo R. Para além do CADE: o enforcement privado do antitruste pelo Poder Judiciário. *Migalhas*. 28 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI249542,81042-Para+alem+do+CADE+o+enforcement+privado+do+antitruste+pelo+Poder>.

RODGER, Barry J. (Org.). *International Competition Law Series. Comparative Private Enforcement and Collective Redress Across the EU*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2014.

RODGER, Barry J. Private enforcement of competition law, the hidden story: competition litigation settlements in the United Kingdom, 2000-2005. *European Competition Law Review*, Amsterdam, v.29, n.2, p. 96-116, 2008.

RODGER, Barry J. Why not court? A study of follow-on actions in the UK. *Journal of Antitrust Enforcement*, v.1, abr. 2013, p. 01-28. Disponível em: <https://academic.oup.com/antitrust/article/1/1/104/274780>. Acesso em: 06 dez. 2017.

RODRIGUES, Daniel Gustavo de Oliveira Colnago. *Contribuição ao estudo das modalidades interventivas no processo civil brasileiro: elementos para uma teoria geral*. 2017. p. 216. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. Ponderações sobre a fluid recovery do Art. 100 do CDC. *Revista de Processo*, São Paulo, n.116, p. 325-333, jul. a ago. 2004.

ROTH, Guenther. Epilogue. In: _____; SCHLUCHTER, Wolfgang. *Max Weber's vision of history: ethics and methods*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1984, p. 195-206.

ROTH, Guenther. Introduction. In: SCHLUCHTER, Wolfgang. *The Rise of Western Rationalism: Max Weber's Developmental History*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1985, p. xv-xxvii.

ROTH, Guenther. Introduction. In: WEBER, Max. *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1978, p. xxxiii-cx.

ROTH, Guenther. Rationalization in Max Weber's Developmental History. In: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (Eds.). *Max Weber, Rationality and Modernity*. 2 ed. Oxfordshire: Routledge, 2006, p. 75-91.

RUANO DE LA FUENTE, Yolanda. *Racionalidad y conciencia trágica: la modernidad según Max Weber*. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

SABBATINI, Pierluigi. Interesse privato e interesse pubblico al risarcimento del danno antitrust. Disponível em: <http://www.agcm.it/component/joomdoc/eventi/ventennale/VEN-0212Intervento-Sabbatini.pdf/download.html>. Acesso em: 23 dez. 2017.

SALGADO, Lucia Helena. As políticas de concorrência (ou antitruste): um panorama da experiência mundial e sua atualidade para o Brasil. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Texto para discussão*, Brasília, n.264, p. 1-44, 1992. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0264.pdf. Acesso em: 04 out. 2017.

SALGADO, Lucia Helena. Defesa da concorrência no Brasil: aspectos institucionais, desempenho recente e perspectivas de reforma. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Texto para discussão*, Brasília, n.1386, p. 6-26, fev. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1386.pdf. Acesso em: 04 out. 2017.

SALOMÃO FILHO, Calixto. A paralisia do antitruste. *Revista do IBRAC*, São Paulo, v.16, p. 305-323, jan. 2009.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Direito concorrencial: as condutas*. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

SANTOS, Flávia Chiquito dos. Aplicação de penas na repressão a cartéis: uma análise da jurisprudência do CADE. p. 38. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTOS, Luiz Elias Miranda dos. Castanheira Neves e Jürgen Habermas: os valores e o discurso como propostas para a recuperação do sentido do direito. *RIDB*, ano 3, n.1, p. 579-635, 2014. Disponível em: <http://www.idb-fdul.com>. Acesso em: 05 mai. 2017.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao Código de Processo Civil*: vol. IV (art. 332 a 475). 4 ed, atual. Rio de Janeiro: Forense, 1986, p. 5.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Direito Constitucional*. 2 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 747.

SATO, Cynthia Ayako. *A eficiência como critério decisório na jurisprudência do CADE sobre atos de concentração*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SAUTER, Wolf H. *Coherence in EU Competition Law*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

SAVI, Sérgio. *Responsabilidade civil e enriquecimento sem causa: o lucro da intervenção*. São Paulo: Atlas, 2012.

SCHINKEL, Maarten Pieter; RÜGGERBER, Jacob. Consolidating Antitrust Damages in Europe: a Proposal for Standing in Line With Efficient Private Enforcement. Working Paper, n.4, Amsterdam, p. 01-25, mai. 2006.

SCHINKEL, Maarten Pieter. Forensic Economics in Competition Law Enforcement. *Journal of Competition Law and Economics*, Amsterdam Center for Law & Economics Working Paper, Amsterdam, n.5, p. 1-43, mar. 2008 Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1009573>. Acesso em: 23 dez. 2017.

SCHLUCHTER, Wolfgang. A dualidade entre Ação e Estrutura: esboços de um programa de pesquisa weberiano. Tradução de Carlos Eduardo Sell. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v.15, n.34, p. 18–42, set. a dez. 2016.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *Acción, orden y cultura: estudios para un programa de investigación en conexión con Max Weber*. Traducción de Lía E. Cavadas. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

SCHLUCHTER, Wolfgang. *The Rise of Western Rationalism: Max Weber's Developmental History*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1985.

SCHLUCHTER, Wolfgang. The Sociology of Law as an Empirical Theory of Validity. *Journal of Classical Sociology*, London, v.2, n.3, p. 257-280, nov. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468795X02002003194>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SCHUARTZ, Luis Fernando. A desconstitucionalização do Direito de Defesa da Concorrência. *Direito Rio – textos para discussões*, Rio de Janeiro, out. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/1762>. Acesso em: 15 set. 2017.

SCHUARTZ, Luis Fernando. As razões do direito da concorrência. *Revista de direito mercantil, industrial, econômico e financeiro*, São Paulo, v.39, n.118, p. 77-87, abr. a jun. 2000.

SCHUARTZ, Luis Fernando. Quando o bom é o melhor amigo do ótimo: a autonomia do Direito perante a Economia e a Política da Concorrência. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v.245, p. 96-127, 2007.

SEGAL, Ilya R.; WHINSTON, Michael D. Public vs. Private Enforcement of Antitrust Law: a Survey. *Stanford Law and Economics Olin Working Paper*, California, n.335, p. 1-17, dez. 2006.

SELIGMAN, Brad; LARKIN, Jocelyn. *Fluid recovery and cy pres: a funding source for legal services*. Berkeley: The Impact Fund, 2011.

SENEDA, Marcos César. Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Questões velhas e novas sobre a inversão do ônus da prova: CDC, art. 6º, VIII. *Revista de Processo*, São Paulo, n.146, ano 32, p. 49-68, abr. 2007.

SIDAK, J. Gregory; BLOCK, Michael K., The Cost of Antitrust Deterrence: Why Not Hang a Price Fixer Now and Then?. *Georgetown Law Journal*, v.68, n.5, p. 1131-1139, 1980. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=301191>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Curso de Processo Civil: Processo de Conhecimento*. Porto Alegre: Fabris Editor, 1996.

SOUSA FERRO, Miguel. *Jurisprudência de 'Private Enforcement' (Private Enforcement Case-Law)*. Jurisprudência Portuguesa de Direito da Concorrência. 2016. Mimeo. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3077488>.

SOUZA, Nayara Mendonça Silva e. *Mecanismos de Proteção ao programa de Leniência Brasileiro: um estudo sobre a confidencialidade dos documentos e a responsabilidade civil à luz do direito europeu*. IX Prêmio SEAE. Classificação: menção honrosa, 2014. Disponível em: <http://seae.fazenda.gov.br/premio-seae/edicoes-anteriores/edicao-2014/ix-premio-seae-2014/tema1-MH-Nayara.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2017.

STARK, Charles S. The view without the rose-colored glasses. *Antitrust magazine*, Connecticut, p. 28, Summer 2005. Disponível em: <https://www.ftc.gov/system/files/attachments/key-speeches-presentations/tritellpositiveview.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

STEINER, Renata Carlos. *Interesse positivo e interesse negativo: a reparação de danos no Direito Privado brasileiro*. 2016. 362 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil: doutrina e jurisprudência*, tomo II, 9. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

STRAUSS, Daniel. *A accountability no sistema antitruste brasileiro: as indefinições de seu desenvolvimento institucional*. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

STÜRNER, Rolf. La obtención de información probatoria en el Proceso Civil. *Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*, Valparaíso, n.30, p. 243-262, jun. 2008.

SWEDBERG, Richard. *The Max Weber Dictionary: key words and central concepts*. Stanford: Stanford University Press, 2005.

TALAMINI, Eduardo. A (in)disponibilidade do interesse público: consequências processuais (composições em juízo, prerrogativas processuais, arbitragem e ação monitória). In: *A Justiça Federal e o processo civil*, Curitiba, PR, 04 jun. 2004. Disponível em:

https://www.academia.edu/231461/A_in_disponibilidade_do_interesse_publico_consequencias_processuais_2005. Acesso: 05 dez. 2017.

TALAMINI, Eduardo. Do Amicus curiae – art. 138. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et al. (Coords.) *Breves comentários ao novo CPC*. São Paulo: Ed. RT, 2015, p. 438-445.

TALAMINI, Eduardo. Efetivação judicial das decisões e compromissos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (Lei Federal nº 8.884/1994). In: DIDIER JR., Fredie; FARIAS, Cristiano Chaves de. *Procedimentos especiais cíveis: legislação extravagante*. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 1181-1243.

TALAMINI, Eduardo. Prova emprestada no Processo Civil e Penal. *Revista de Processo*, São Paulo, n.91, jul. a set. 1998, p. 93.

TALAMINI, Eduardo. *Tutela Monitória: a ação monitória – Lei nº 9.079/95*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

TALAMINI, Eduardo. *Tutela relativa aos deveres de fazer e de não fazer: CPC, art. 461; CDC, art. 84*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TARELLO, Giovanni. *Dottrine del processo civile: Studi storici sulla formazione del diritto processuale civile*. Bologna: Il Mulino, 1989.

TARIF ROQUE, Marcela Ali. A Nova Lei do CADE e a Ação de Indenização Civil Contida em seu Artigo 47. *Publicações da Escola da AGU: Escola da Advocacia-Geral da União*, Ano IV, n.19, p. 233-251, jul. 2012.

TARUFFO, Michele. *La prueba de los hechos*. Tradução de Jordi Ferrer Beltrán. 2 ed. Madrid: Editorial Trotta, 2005.

TARUFFO, Michele. O ônus como figura processual. Tradução de Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues et al. *Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP*, Rio de Janeiro, v.XI, p. 420-431, 2015. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/article/download/18079/13332. Acesso em: 12 jan. 2017.

TEIXEIRA, Cleveland Prates. *Controle preventivo da concorrência: a experiência brasileira em 1994-1996*. 1997. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Faculdade Getúlio Vargas, 1997.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A efetividade do processo e a reforma processual. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v.31, n.122, p. 205-214, abr. a jun. 1994. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176149>. Acesso em: 06 nov. 2017.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. A reforma processual na perspectiva de uma nova justiça. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). *Reforma do Código de Processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 885-906.

TERHECHTE, Jörg Philipp. *International Competition Enforcement Law between cooperation and convergence*. Springer: Berlin, 2011.

THAYER, James Bradley. The burden of proof. *Harvard Law Review*, v.4, n.2, 15 mai. 1890. Disponível em: <https://archive.org/details/jstor-1321112>. Acesso em: 13 mai. 2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *As inovações no Código de Processo Civil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Um novo Código de Processo Civil para o Brasil. *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil*, Brasília, v.7, n.37, p. 86-97, jul. a ago. 2008.

TOLOSA, Pamela. Acciones de clase, “microdaños” a los consumidores y fluid recovery: alternativas institucionales y costos sociales. *The Latin American and Iberian Journal of Law and Economics (LAIJLE)*, v.3, n.1, p. 77-98, 2017. Disponível em: <https://lajle.alacde.org/journal/vol3/iss1/3/>. Acesso em: 23 dez. 2017.

TRABUCO, Cláudia; GOUVEIA, Mariana França. A arbitrabilidade das questões de concorrência no direito português: the meeting of two black arts. Disponível em: https://www.josemigueljudice-arbitration.com/xms/files/02_TEXTOS_ARBITRAGEM/01_Doutrina_ScholarsTexts/miscellaneous/A_arbitrabilidade_das_questoes_de_concorrenca__C_Trabuco_e_M_Gouveia.pdf. Acesso em: 22 dez. 2017.

TREIBER, Hubert. Max Weber and Eugen Ehrlich: On the Janus-headed Construction of Weber's Ideal Type in the Sociology of Law. *Max Weber Studies*, London, v.8, n.2, p. 225-246, jul. 2008.

TRITELL, Randolph W. International Antitrust convergence: a positive view. *Antitrust magazine*, Connecticut, p. 25-28, Summer 2005. Disponível em: <https://www.ftc.gov/system/files/attachments/key-speeches-presentations/tritellpositiveview.pdf>. Acesso em: 04 out. 2017.

TRUBEK, David M. Max Weber on Law and the Rise of Capitalism. *Yale Law School Legal Scholarship Repository*, New Haven, n.4001, p. 720-753, 1972.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Lineamentos da nova reforma do CPC: Lei nº 10.352, de 26.12.2001, Lei nº 10.358, de 27.12.2001, Lei nº 10.444, de 07.05.2002*. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TUCCI, Rogério Lauria; TUCCI, José Rogério Cruz. *Constituição de 1988 e processo: regramentos e garantias constitucionais*. São Paulo: Editora Saraiva, 1989, p. 73.

TWINING, William. What is the Law of Evidence?. In: _____. *Rethinking Evidence: exploratory essays*. Illinois: Northwestern University Press, 1994, p. 178-189.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. Diretiva 104/2014, de 26 de novembro de 2014. Diretiva do parlamento europeu e do conselho relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia. Bruxelas, 26 de novembro de 2014. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32014L0104>.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. Proposta de diretiva do parlamento europeu e do conselho relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infrações às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia. Bruxelas, 2013. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0404:REV1:PT:HTML>.

UNIVESP. Adeus, Weber: com Gabriel Cohn. *Youtube*. 31 mar. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LaFaoERNGs&list=PL000A04BBFB7C8123&index=1>. Acesso em: 05 mai. 2017.

UZELAC, Alan (Ed.). *Goals of Civil Justice and Civil Procedure in Contemporary Judicial Systems. Ius Gentium: comparative perspectives on Law and Justice*, v.34. Switzerland: Springer, 2014.

UZELAC, Alan. *Reforming Mediterranean Civil Procedure: is there a need for shock therapy?*. [S.l.:S.n.], 2008. Disponível em: <http://www.courtexcellence.com/~media/Microsites/Files/ICCE/ReformingMediterraneanCivilProcedure.ashx>. Acesso em: 05 mai. 2017.

VALVERDE TERRA, Aline de Miranda; CRUZ GUEDES, Gisela Sampaio da. Considerações acerca da exclusão do lucro ilícito do patrimônio do agente ofensor. *Revista da Faculdade de Direito, UERJ*, Rio de Janeiro, n.28, p. 1-24, dez. 2015.

VAUGHN, Karen I. *Austrian economics in America: the migration of a tradition. Historical perspectives on modern economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

VAZ, Isabel. Arbitrabilidade do Direito da Concorrência. *Revista do IBRAC – Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional*, São Paulo, v.16, p. 359-363, jan. 2009.

VAZ, Paulo Afonso Brum. *Lei de mediação e conciliação tem pontos positivos e algumas falhas*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jul-03/paul-vaz-lei-mediacao-pontos-positivos-algumas-falhas>. Acesso em: 07 dez. 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil: Responsabilidade Civil*. 14. ed. São Paulo: Atlas, v.4, 2014.

VERBIC, Francisco. Liquidación colectiva de pretensiones de consumo individualmente no recuperables por medio del mecanismo de *fluid recovery*. Nociones generales y su recepción en Argentina y Brasil. *Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nº 6, p. 3791-3813, 2012.

VERBOVEN, Frank; VAN DIJK, Theon. Cartel Damages Claims and the Passing-on Defense. *The Journal of Industrial Economics*, v.57, n.3, p. 457-491, set. 2009.

VICIANO PASTOR, Javier. *Libre competencia e intervención pública en la economía*. Valencia: Tirant lo Blanch, 1995.

WAHL, Nils. *Damages for Infringement of Competition Law*. Disponível em: <http://www.scandinavianlaw.se/pdf/41-22.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2017.

WALLE, Simon Vande. *Private Antitrust Litigation in European Union and in Japan: a comparative perspective*. Antwerpen, Apeldoorn: Maklu, 2013.

WALLER, Spencer Weber. The Incoherence of Punishment in Antitrust. *Chicago-Kent Law Review*, Chicago, v.78, p. 207-236, 2003. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=977589>. Acesso em: 23 dez. 2017.

WALLER, Spencer Weber. Towards a constructive Public-Private Partnership to enforce Competition Law. *Law eCommons*, Chicago, v.29, n.6, p. 1-25, 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=905604>. Acesso em: 09 fev. 2017.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. et al. *Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil artigo por artigo*. 3 tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 650.

WARDHAUGH, Bruce. Cartel leniency and effective compensation in Europe: The aftermath of pfleiderer. *Web Journal of Current Legal Issues*, London, v.19, n.3, set. 2013. Disponível em: webjcli.org/article/view/251/369. Acesso em: 12 abr. 2016.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. Tradução de Gabriel Cohn. São Paulo: Editora Ática, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. 6 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WEBER, Max. Critical Studies in the logic of the cultural sciences. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 139-184.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, v. 2.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Traducción de José Medina Echavarría et al. 9 ed. México, D.F: Fondo de Cultura Económica, 1992.

WEBER, Max. *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. Los Angeles: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. *Economy and Society: an outline of interpretative sociology*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1978.

WEBER, Max. Letters (excerpts): to Heinrich Rickert, 14 June 1904. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 375.

WEBER, Max. On some categories of interpretative sociology. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 273-301.

WEBER, Max. R[udolf] Stammler's "overcoming" of the materialist conception of history. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 185-226.

WEBER, Max. Roscher and Knies and the logical problems of historical economics. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 3-94.

WEBER, Max. The "objectivity" of knowledge. In: BRUUN, Hans Henrik; WHIMSTER, Sam (Eds.). *Max Weber: Collected methodological writings*. Abingdon, New York: Routledge, 2012, p. 100-138.

WEISS, Johannes. The Application of the Weberian Concept of Rationalization to Contemporary Conditions. In: WHIMSTER, Sam; LASH, Scott (Eds.). *Max Weber, Rationality and Modernity*. 2 ed. Oxfordshire: Routledge, 2006, p. 164-182.

WERDEN, Gregory J. Why (ever) define markets? An answer to professor Kaplow. *Antitrust Law Journal*, v.78, n.3, p. 729-746, 2013. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/43486893?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 09 jul. 2017.

WHISH, Richard; BAILEY, David. *Competition Law*. 7 ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

WILS, Wouler P. J. Discretion and Prioritisation in Public Antitrust Enforcement, in Particular EU Antitrust Enforcement. *World Competition: Law and Economics Review*, v.34, n.3, set. 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=456087. Acesso em: 05 dez. 2017.

WILS, Wouter P. J. Should Private Antitrust Enforcement Be Encouraged in Europe?. *World Competition*. Netherlands, v.26, n.3, p. 473-488, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228261623_Should_Private_Antitrust_Enforcement_Be_Encouraged_in_Europe. Acesso em: 23 mar. 2017.

WU, Tim. Taking innovation seriously: antitrust enforcement if innovation mattered most. *Antitrust Law Journal*, v.78, n.2, p. 313-328, 2012. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2166525>. Acesso em: 10 jul. 2017.

YARSHELL, Flávio Luiz. Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova. São Paulo: Malheiros, 2009.

YARSHELL, Flávio Luiz. Breves considerações acerca da exibição de documento ou coisa no direito positivo brasileiro. In: MARINONI, Luiz Guilherme. *Estudos de Direito Processual Civil*: homenagem ao professor Egas Dirceu Moniz de Aragão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Tutela Jurisdicional*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: DPJ, 2006.

YEUNG, Karen. Does the Australian Competition and Consumer Commission Engage in 'Trial by Media'?. *Law and Policy*, Denver, v.27, n.4, p. 549-577, 2005. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9930.2005.00211.x/abstract>. Acesso em: 12 mar. 2017.

YEUNG, Karen. Is the use of informal adverse publicity a legitimate regulatory compliance technique?. Paper apresentado ante o Australian Institute of Criminology Conference. St Anne's College, Oxford University, 2002. Disponível em: http://www.aic.gov.au/media_library/conferences/regulation/yeung.pdf. Acesso em: 12 jan. 2017, p. 42-43.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo*: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 2005. 295 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005.

ZERO HORA. *Em três anos, Lava-Jato identificou R\$ 38 bilhões em desvios*. 16 de março de 2016. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2017/03/em-tres-anos-lava-jato-identificou-r-38-bilhoes-em-desvios-9749610.html>. Acesso em: 16 mar. 2016.

ZINGALES, Nicolo. European and American Leniency Programmes: two models towards convergence?. *The Competition Law Review*, v.5, n.1, p. 5-60, dez. 2008.

ZUCKERMAN, Adrian. *Zuckerman on civil procedure*: principles of practice. 3 ed. London: Sweet and Maxwell, 2013.

ZUFELATO, Camilo. Legitimidade Ativa de Associações, autorização individual, e os limites subjetivos da coisa julgada em recente decisão do STF: um retrato para a tutela coletiva. p. 25-51. In: PUOLI, José Carlos B. et al (Org.). *Direito Processual Constitucional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.